INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – VOL. 17 – Nº 3 – 15 DE MARÇO DE 1997 – R$ 6.00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



Para onde vão os preços internacionais

Aumenta a população rural nos EUA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

IBRE

ISSN 0100-4298

00003 >

9 770100 429971

Agroanalysis: a revista mais adequada aos interessados no Agribusiness

publica edição especial para a

AGRISHOW-97

4ª Feira Internacional de tecnologia agrícola em ação

Data: 28 de abril a 3 de maio de 1997

Antecipe seus negócios

Local: Ribeirão Preto — São Paulo - Br

Faça-nos uma visita — Stand nº 26

Distribuição gratuita da edição especial de abril 97 (tiragem ampliada)

Publicidade: autorização até 31/03/97

Fotolitos: até 05/03/97

Redação: Carlos Henrique (021) 536-9269

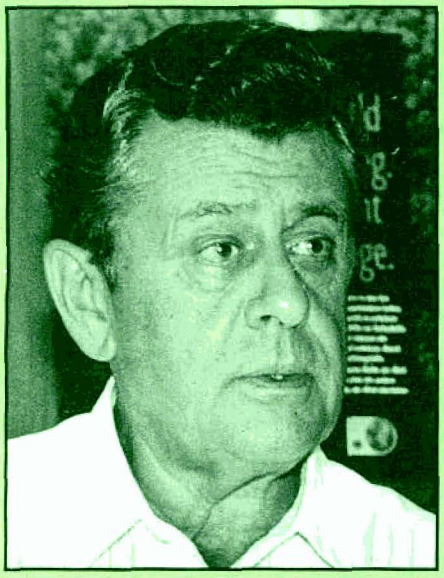
São Paulo: Nilson Trivelli (011) 524-1174

Brasília: Joaquim Barroncas (061) 226-5326

Demais Estados: Igor Lima de Freitas (021) 240-8521

Arroz para o século XXI

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO CETÚLIO VARGAS



Carlos do Nascimento

Carlos Adílio Maia do Nascimento é médico, natural de Pelotas (RS), diplomado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é diretor executivo do Centro Nacional de Tecnologias Limpas — Fiergs/Senai/Unido.

O médico Carlos do Nascimento já exerceu atividades empresariais na Federação e Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), onde é membro do Conselho Temático de Meio Ambiente (Coema), no Ministério da Saúde e nas secretarias da Agricultura e Saúde e Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul. É além disso empresário do setor primário e agroindustrial há 30 anos.

Notabilizou-se sempre por defender a preservação ambiental sem desmerecer a tecnologia. Técnico de renomado conceito na sua área, participou de inúmeros congressos no Brasil e no exterior, como convidado ou palestrante.

■ *O arroz irrigado é um sistema reconhecidamente moderno, que usa tecnologia e no entanto está em crise. Fora a questão do financiamento, já bastante conhecida, quais as razões principais da crise do arroz?*

— Por várias razões, a orizicultura irrigada em nosso meio não é uma atividade sustentada: uso demasiado da água; adoção de modelo de lavoura muito tecnificada, com índices de mecanização muito elevados; utilização intensa de insumos químicos, defensivos e fertilizantes, causando impacto ambiental no solo e nos mananciais hídricos. Existem problemas de natureza fundiária, pelo fato de a lavoura ser constituída de 70% de terras arrendadas e de, em algumas regiões, haver distorções no relacionamento produtor/proprietário. Há também consideráveis desperdícios no sistema de produção, e a comercialização é desorganizada — venda atomizada e compra oligopolizada. Trata-se de atividade agrícola monocultural.

Fomos vítimas do modelo industrial de desenvolvimento do país definido nos anos 50. Não contesto esse modelo, que colocou o Brasil entre as grandes economias industriais do mundo. Começávamos a produzir máquinas agrícolas e insumos químicos que precisavam ser absorvidos pela agricultura nacional. Foi instituído o crédito rural subsidiado, para possibilitar aos agricultores a compra dos novos insumos e consolidar a indústria que os fabricava. A conta movimento não tinha limites.

Nos anos 60, os ditos "insumos modernos" eram promovidos e quase impostos aos agricultores pelo Banco do Brasil. Os recursos disponíveis excediam os limites impostos às agências. Os orizicultores adotaram avidamente o novo pacote tecnológico. Trocamos os insumos orgânicos e naturais pelos químicos. Substituímos o pousio das áreas pelos herbicidas. Supermecanizamos nossas lavouras. Foi instituída a política de garantia de preços mínimos — PGPM; o valor básico de custeio — VBC era suficiente; o preço mínimo era remunerador. O setor mantinha-se capitalizado através de três operações de crédito seqüenciais: custeio (VBC), comercialização (EGF) e ainda a nota promissória rural (NPR) no que dizia respeito ao engenho. Crescemos e ficamos produtivos. Dava para tudo.

Isso durou três décadas. O modelo industrial consolidou-se e os instrumentos começaram a ser desativados, a começar pela conta movimento e em seguida pelo progres-

sivo não-cumprimento da PGPM. O quadro foi agravado pelos planos econômicos, que usaram a agricultura como âncora verde. Tivemos vários tabelamentos de nosso produto e os preços dos insumos nunca foram controlados. Houve total ausência de política de apoio à reconversão da agricultura para a nova realidade. Uma série histórica de 17 anos do preço do arroz mostra de forma eloqüente o sucedido: em 1980-86, o valor médio do saco de arroz com casca de 50kg no mercado nacional, em reais, era de R$27,00. Com o fim da conta movimento, em 1987-93, este valor desceu para R$17,00. Posteriormente, de 1994 a 1996, com a internacionalização dos preços internacionais do processo de globalização, o valor passou a ser de R$12,00.

■ *Você pode citar alguns indicadores da crise (número de engenhos fechados, queda de área e de produção na sua região)? Qual a participação da região de Santa Vitória do Palmar na oferta de arroz do estado? Qual a participação do arroz gaúcho no suprimento do país? Ela já foi maior? E a concorrência do arroz importado? O Mercosul atrapalhou a vida de vocês? Quais as razões da maior competitividade dos vizinhos?*

— A área cultivada nas duas últimas safras diminuiu 200 mil hectares e a produção caiu em 1 milhão de toneladas. Já tivemos 700 engenhos e hoje apenas cerca de 200 estão funcionando. O Rio Grande do Sul produz 40% do arroz brasileiro e 80% do arroz irrigado. O município de Santa Vitória do Palmar chegou a plantar 95 mil hectares e produziu 500 mil toneladas. Atualmente a área está 40% reduzida.

O Brasil não é auto-suficiente em arroz, apesar de ser o maior produtor fora da Ásia. Importa dos vizinhos do Mercosul — Uruguai e Argentina, dos EUA e dos países asiáticos. O arroz do Mercosul tem custo de produção menor pelo fato de ser produzido com insumos e crédito rural mais baratos e ter menor carga tributária. Entra no Brasil sem imposto de importação. O arroz da Ásia e dos EUA traz subsídio da origem. Não temos salvaguardas para nosso produto. Além disso, a produção primária do Rio Grande do Sul sofre concorrência do Mercosul. Existe coincidência das produções. Produtos mais baratos deprimem o nosso mercado. Entendemos, porém, que no global da economia o Brasill está exportando máquinas, silos e mesmo tecnologia. Produtores de arroz da Província de Corrientes, na Argentina, estão levando técnicos de Santa Catarina para implantar lavouras no sistema de plantio pré-germinado. Tudo isso tem que ser levado em conta.

Teremos que proceder à reconversão de nossa lavoura para um modelo sustentado, abandonando gradualmente o uso de insumos químicos em favor dos orgânicos.

■ *Vocês buscaram adequadamente ganhos de qualidade e de competitividade?*

— É inexorável. É questão de sobrevivência. A Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) está desenvolvendo programa de qualidade e competitividade na lavoura orizícola.

■ *Quais têm sido as iniciativas dos grandes produtores para amenizar a crise? Como é possível reduzir os custos de produção? É possível reduzir os custos do sistema de captação de água para irrigação? Existem alternativas econômicas já testadas em escala comercial para viabilizar o plantio de grãos no inverno em sucessão ao arroz? Em caso afirmativo, quais as perspectivas de adoção dessas alternativas no curto prazo pelos produtores da região?*

— A lavoura vive o final de um ciclo do qual fizeram parte a monocultura, o desperdício e o crédito subsidiado por três décadas, e inicia um novo ciclo caracterizado pela racionalização, diversificação de culturas e real integração com a pecuária. A orizicultura irrigada está fazendo uma reconversão para um modelo sustentado: diminuindo o uso de água, o consumo de energia, não prejudicando o meio ambiente e diminuindo os desperdícios. Com isso já se reduz bastante o custo de produção. Por outro lado, é preciso agregar valor pela organização da cadeia produtiva do arroz, que compreende: integração com pecuária de grandes e pequenos animais (pecuária leiteira; aproveitamento dos resíduos agrícolas e industriais; culturas alternativas de verão e inverno para a várzea: gramíneas e leguminosas que permitam adequada rotação de culturas) e sistemas de transformação carboidrato-proteína tipo porco e frango.

O Centro de Terras Baixas da Embrapa, em Pelotas, há alguns anos desenvolveu trabalho com o trigo de várzea. Chegamos a obter bons resultados. A várzea hidropônica é um ecossistema delicado. Não deve ser muito drenada para não comprometer a matéria orgânica do solo. Temos exemplos de banhados que foram drenados e perderam sua fertilidade. Não devemos procurar adaptar o solo aos cultivares e sim criar cultivares adaptados ao solo. Este é o trabalho da biotecnologia. Precisamos de novas variedades resistentes ao frio e aos fungos e com alternativas de maiores ciclos vege-

tativos. O Instituto Riograndense do Arroz (Irga) recentemente montou moderno laboratório de biotecnologia onde serão criadas novas variedades por cultivo de anteras *in vitro*. Dirige esforços para a pesquisa biotecnológica, a fim de prestar o apoio necessário à reconversão da lavoura.

■ *Quais as vantagens do plantio de arroz por mudas?*

— O plantio por grãos pré-germinados e por mudas apresenta inúmeras vantagens: possibilita o plantio em época ideal, diminuindo os riscos climáticos; diminui consideravelmente o uso da água; diminui ou anula o uso de herbicidas químicos; requer máquinas mais leves para o preparo do solo; controla totalmente o arroz vermelho; diminui o custo de produção e, a médio prazo, aumenta a produtividade.

■ *Quais as mudanças tecnológicas requeridas por esse novo sistema?*

— A mudança maior é a sistematização do solo, que permite melhor manejo da água. São necessárias também algumas máquinas especiais. O plantio por mudas requer máquina implantadeira ainda não fabricada no Brasil. Na última safra, o Irga importou duas máquinas japonesas que funcionaram perfeitamente e em breve estarão sendo fabricadas pela indústria de máquinas agrícolas do Rio Grande do Sul. Mas a mudança mais importante é a da mentalidade dos orizicultores, que está ocorrendo rapidamente, a partir dos pequenos produtores.

■ *É possível conciliar o plantio do arroz com a preservação ambiental? Tecnologias limpas? A produção orgânica é uma alternativa para reduzir a crise?*

— É perfeitamente possível. Existem regiões na Ásia que vêm sendo cultivadas com arroz irrigado há alguns milênios e mantêm-se equilibradas. É claro que teremos que proceder à reconversão de nossa lavoura para um modelo sustentado. Temos que abandonar gradualmente o uso de insumos químicos e nos aproximar do orgânico. A agricultura biodinâmica já é uma realidade. Devemos pensar em piscicultura e criação de patos consorciadas com a lavoura de arroz. A granja chinesa PPP (peixe, pato e porco) é um sistema a ser levado em conta. São modelos adequados para pequenos produtores e agricultura familiar.

Temos que ter muito cuidado com a água que será a commodity mais valiosa no próximo século. Não temos o direito de poluir os mananciais hídricos com os produtos da biodegradação dos insumos químicos. São substâncias que se depositam no lodo dos rios e lagos e das quais pouco se sabe em relação a ciclo de vida e comportamento a médio e longo prazos.

A agricultura será em futuro próximo a grande fornecedora de matérias-primas para a indústria. Graças aos grandes avanços da biotecnologia de nosso tempo, já existem plantas industriais produzindo polímeros de amido. O arroz é fonte por excelência desse carboidrato. Recentemente na França, pesquisadores conseguiram, por craqueamento termocatalítico de óleos vegetais, a produção de diesel vegetal com rendimento de 80%. Isto viabiliza comercialmente o biodiesel. No Japão, cientistas sintetizaram a fibra de celulose a partir de moléculas de glicose. Ingleses e chilenos isolaram da calceolária andina uma substância letal para ácaros e moscas. É o futuro chegando rapidamente, trazendo a importância cada vez maior da agricultura. Mais do que nunca é preciso zelar pelos insumos básicos da produção agrícola — solo, água e sol — e pela biodiversidade. Tecnologias limpas são a base da sustentabilidade de todos os sistemas de produção.

■ *O nicho de mercado de arroz de preparo rápido (arroz em segundos) já é uma alternativa comercial? Pode ajudar o produtor a sair da crise?*

— O arroz pré-cozido, de preparo rápido, ainda não faz parte dos hábitos do brasileiro. Não pode ser considerado uma alternativa comercial importante.

A orizicultura irrigada está fazendo uma reconversão para um modelo sustentado: diminuindo o uso de água, o consumo de energia, não prejudicando o meio ambiente e diminuindo os deperdícios.

■ *O processo de verticalização pode melhorar os retornos à atividade?*

— A verticalização da lavoura é deveras necessária. O arroz deve sair da porteira da fazenda pronto para ser consumido. Com isso elimina-se o frete de casca e umidade. Casca e água representam 30% do volume físico de uma safra.

Por outro lado, a agroindústria rural oferece ao agricultor maior horizonte de trabalho e colabora na fixação do homem ao campo.

■ *É possível aproveitar os resíduos da cultura, no caso, da palha-de-arroz?*

— O aproveitamento dos resíduos faz parte da organização da cadeia produtiva. Transformar resíduos em matérias-primas para novos processos constitui-se na base da filosofia de emissão zero, que é a meta do futuro. Já existem cadeias tecnologicamente organizadas que virão a ser os chamados "conglo-

merados industriais" do século XXI. É o grande caminho para reduzir drasticamente os resíduos de todos os processos de produção, resolvendo o problema do lixo, que cada vez mais sufoca o planeta.

A agricultura será em futuro próximo a grande fornecedora de matérias-primas para a indústria. Graças à biotecnologia de nosso tempo, já existem plantas industriais produzindo polímetros de amido. O arroz é fonte por excelência desse carboidrato.

■ *E a produção de celulose a partir da palha-de-arroz?*

— Tanto na Europa como na Ásia, as palhas são transformadas em celulose e papelão. No Rio Grande do Sul, mais precisamente na Escola Técnica Federal de Pelotas, foi desenvolvida tecnologia que transforma a palha-de-arroz em celulose por cocção calcária. O cálcio é obtido das grandes jazidas de conchas que existem no sul do estado. O efluente do processo é um líquido que contém os componentes da palha, além da celulose, e possui grande alcalinidade. Deve voltar ao solo como corretivo de acidez e fertilizante. Existe um projeto montado, que se chama Rice Paper, à espera de parceiros investidores para ser implementado.

■ *Como reduzir os custos da energia?*

— A lavoura orizícola do Rio Grande do Sul é o resultado de uma vocação para a agricultura irrigada, manifestada no estado no início do século. Portanto, é atividade centenária, que desenvolveu toda uma cultura entre os produtores gaúchos. Foi a responsável pelo ciclo de mecanização que colocou o Rio Grande como o maior produtor de máquinas agrícolas do país, detendo 60% desse setor da indústria.

Os sistemas de irrigação — açudes, levantes e canais — foram sendo implantados ao longo do tempo, sem obedecer a um planejamento maior. Hoje temos muitos sistemas superpostos e com localização fora das cotas ideais. Isto gera uma demanda energética muito maior do que a realmente necessária. Uma terça parte da lavoura é irrigada por gravidade e o restante por bombeamento feito por motores a diesel ou elétricos. Tanto o óleo diesel como a energia elétrica rural são subsidiados. É um problema que carece de solução. Será trabalho para os comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica que estão sendo implantados por força da lei estadual que criou o Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos. Esses comitês trabalharão sobre inventários hidrológicos e estabelecerão planos diretores com as obras necessárias à sistematização de cada bacia. Os recursos para essas obras advirão da taxa de água, que será estabelecida pelo próprio comitê. Será um grande trabalho para os próximos anos, mas somente por esse caminho chegaremos ao uso racional de nossos recursos hídricos e energéticos.

É importante referir a estrutura fundiária da nossa lavoura. Somos 12 mil produtores cadastrados, dos quais mais de 90% são pequenos e médios. Como exemplo, no município de Agudo há 650 produtores e a área plantada é de 6 mil hectares. O módulo é menor que 10ha. Os agricultores irrigantes do Rio Grande do Sul representam um contingente de capital humano de inestimável valor. Dominam plenamente o manejo da água e as noções de topografia do terreno. Possuem conhecimentos básicos de mecânica e operam com facilidade qualquer modelo de máquina agrícola. São capazes de elaborar o planejamento técnico e econômico de uma lavoura. É um tipo de trabalhador cuja formação é muito cara e demanda vocação e tempo. Poucos países dispõem de mão-de-obra com esta qualificação, e onde ela existe é tratada com muito carinho e, principalmente, com respeito. Nenhuma nação pode prescindir de agricultores especializados, muito menos o Brasil, com seu imenso potencial agrícola, no momento em que a agricultura se apresenta como o grande laboratório das matérias-primas industriais do século XXI.

Com este entendimento, nossa Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária, juntamente com seu órgão de extensão rural, a Emater, está prestes a desencadear um grande programa de apoio aos pequenos produtores, o Pró-Rural 2000.

É desnecessário falar sobre os traumas da crise que a conjuntura nos impôs, como a toda a agricultura brasileira. Temos plena consciência de nossos problemas e das soluções necessárias. Mas não podemos vencer sozinhos esta luta. Necessitamos de alguns instrumentos que permitam atingirem seu desiderato os produtores rurais conscientes e determinados a evoluir. É urgente para nós, senão vital, a definição de linha de crédito adequada para projetos de reconversão, com adoção de novas tecnologias de produção sustentada e desenvolvimento de fontes energéticas limpas e renováveis.

Como se pode ver, a reconversão da lavoura orizícola irrigada abrange um universo de estudos e ações que começam a acontecer sob clima de determinação, fazendo parte da reconversão maior do Rio Grande para um novo ciclo de desenvolvimento e riqueza.

Entrevista de Bruno Ferreira

CARTAS

Concurso leiteiro — UFRRJ/CCPL-97

A comissão organizadora convida as empresas interessadas a participarem do grande encontro de profissionais ligados à pecuária leiteira, que se realizará de 2 a 5 de abril próximo. Estão programados cursos, debates, palestras e filmes técnicos, além de um concurso leiteiro.

Para o evento, oferece-se gratuitamente espaço para as empresas que desejem participar, com área livre em metros quadrados, tanto coberta como ao ar livre, com instalações elétricas em 110 e 220v e água fornecida por adutora. Há ainda dentro do campus um hotel, vários locais para refeições e centro telefônico. Estarão também disponíveis os faxes (021) 682-1865 e (021) 682-1120, o telex (021) 34411 e caixa eletrônico do Banco do Brasil. Os bancos Bamerindus, Itaú, Bradesco, Banerj, Real, Unibanco e a Caixa Econômica Federal contam com agências nas proximidades do local.

Para contatos, dirigir-se a

Lincoln José Neto
C.P. 74513 — UFRRJ
CEP 23851-970 — Seropédica — RJ
Tel. (021) 682-1210/1220 — Ramal 590 e 6821337
Tel./fax 6821865

XIV Secal

De 7 a 11 de abril de 1997, acontecerá a XIV Semana de Ciências Agrárias de Lavras (Secal), evento organizado e promovido pelos estudantes da Universidade Federal de Lavras, que tem como objetivo o aperfeiçoamento teórico e prático, oferecendo mais de 30 cursos na área de agropecuária, com a participação de estudantes, produtores e profissionais da área de ciências agrárias.

Este evento já se tornou tradicional na região pela sua qualidade, devido à atuação de prelecionistas de todo o Brasil, que contribuem partilhando seus conhecimentos e divulgando seus produtos e pesquisas. Por esses motivos, vimos pedir-lhes colaboração para a divulgação do evento, já que é sabido o interesse dos leitores de todo o Brasil por sua revista, onde se encontram as principais notícias e acontecimentos da atualidade.

Coordenação da XIV Secal
Lavras, MG

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — Fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Edgar Costa Filho (contrato futuro de milho), Eliana C. B. L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação, e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Redação:
Tels.: 536-9213, 551-7995 e 536-9475

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Jurandi Soares Machado.

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Luciana de Sousa Martins, Rakel Lima dos Santos, Rogério Ferreira de Souza, Victor Cezar Santos Teixeira.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Maria Cecília Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda — Tel.: (021)536-9269 — Fax: (021)536-9207 — e-mail: caique@fgvrj.br
Publicidade:
Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Rio de Janeiro — RJ: Tel.: (021) 240-8521 — Tel. e fax.: (021) 220-3823; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Editora FGV
Editora executiva: Alzira Alves de Abreu
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto.
Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.
Assinaturas: José Milton Gondim
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 — CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.)

CONSELHO CONSULTIVO

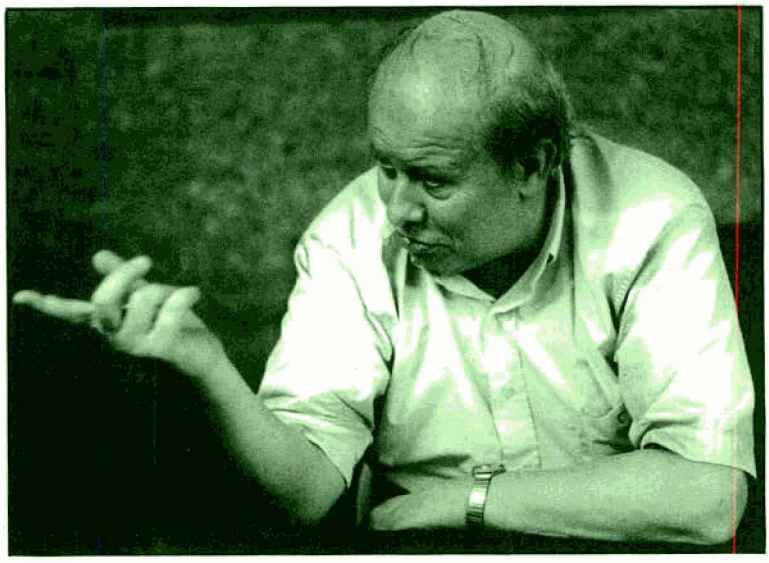
Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).
Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Carlos do Nascimento**
5 **Cartas**
6 **Carta verde**
7 **Especial: População rural se recupera nos anos 90**
John Cromartie e Calvin Beale
10 **Especial: China — para onde vai a agricultura? — V**
Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro
12 **Alca: Preparando o III Fórum Empresarial das Américas**
14 **Conjuntura do agribusiness:**
14 **Preços internacionais — condicionantes — preços internacionais: perspectivas conflitantes**
Maria José Cyhlar Monteiro
16 **Preços internacionais — condicionantes — alimento — direito ou comodity?**
Luiz Antônio Pinazza
18 **Milho — em busca do equilíbrio**
Irene Raguenet Troccoli
20 **Soja — mercado sensível**
Fernando Roberto de Freitas Almeida
21 **Uva — a melhor safra em muitos anos**
Fernando Roberto de Freitas Almeida
23 **Indicador do milho — FGV-BM&F — atrelado às rações**
Irene Raguenet Troccoli, Edgar Costa Filho e Rogério Ferreira de Souza
24 **Café — indicador de competitividade — café brasileiro exporta menos**
Luiz O. Araripe e Manoel A. C. Lago
25 **Índice FGV/ABAG**
28 **IBGE — síntese estatística**
30 **Oferta e demanda**
32 **Estatísticas agropecuárias**
40 **Legislação agrícola**
42 **Panorama agropecuário**
46 **Panorama internacional**
48 **Janela aberta**

Carta verde

Mario Henrique Simonsen



Na Fundação Getulio Vargas, salvo algum colega seu do Colégio Santo Inácio, como o conselheiro Thompson Motta, acredito que seja eu quem conheceu Mario Simonsen há mais tempo, pois fui seu professor em 1956, quando cursava seu penúltimo ano da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Estudante ainda, já era enaltecido por suas invulgares inteligência, aplicação e criatividade, reveladas em todas as fases de seu aprendizado e reconhecidas com seus prêmios de primeira classificação.

Ao que tenho conhecimento, o início sistemático de suas atividades profissionais foi em 1960 na Consultec, sociedade de estudos econômicos e financeiros, na qual na época eu tinha atribuições de gerência.

Logo a seguir, em 1961, ingressou também na Fundação Getulio Vargas, como professor do Curso de Aperfeiçoamento de Economistas e consultor do Instituto Brasileiro de Economia, sendo que na entidade, àquela altura, eu era membro do Conselho Diretor.

Em ambas as instituições, estreitamos nossas relações e pude apreciar suas múltiplas qualidades, salientando sua genialidade, sua cultura profunda e variada, sua conversa sempre interessante e eclética, sua veia irônica, sua forma cordial e conciliadora de debater, seus pontos de vista usualmente originais e inovadores, seu gosto de viver e sua extrema simplicidade no trato.

Como dirigente de entidades de classe patronais, pude ainda apreciar a atuação de Mario Simonsen na área governamental, como assessor da dupla Roberto Campos/Octavio de Bulhões, como ministro da Fazenda e como ministro chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Sempre senhor absoluto dos assuntos, correto, isento e propiciador de soluções justas e eqüitativas.

Mais recentemente, a partir de 1985, estive junto com ele, por mais de um decênio, em outra área — o Conselho Curador da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira —, ele como presidente, eu em função equivalente à de diretor tesoureiro. Mais uma vez revelou sua eficiência, principalmente no que tange a conseguir o equilíbrio financeiro da entidade, além de demonstrar grandes conhecimentos de música, que jamais possuí.

Finalmente, em 1992, assumimos juntos a direção da Fundação Getulio Vargas, eu como presidente e ele como vice-presidente, meu substituto e meu natural sucessor. Infelizmente, alguns meses após começaram a surgir crises esporádicas de saúde, que posteriormente se foram agravando e, em 1996, três dias antes de completar 61 anos e após receber um dos inúmeros galardões com que foi justamente homenageado — a grã-cruz da ordem nacional do mérito científico — sua doença entrou em fase irreversível, culminando com sua morte menos de 10 dias antes de completar 62 anos.

Foi uma perda irreparável para a Fundação Getulio Vargas, para o campo da economia, para a área acadêmica e científica e para a intelectualidade brasileira.

JORGE OSCAR DE MELLO FLÔRES
PRESIDENTE DA
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

População rural se recupera nos anos 90

JOHN CROMARTIE E CALVIN BEALE[1]

Nos 12 meses encerrados em julho de 1995, a taxa de crescimento da população norte-americana não-metropolitana (1,1%) superou a das áreas metropolitanas (0,9%) pela primeira vez desde os anos 70. Numa época de taxas de natalidade declinantes, são as mudanças nos padrões de migração interna — de e para as áreas urbanas — que explicam esse dramático aumento da população rural.

Como registram as manchetes recentes, boa parte da América rural e das pequenas cidades experimenta um notável crescimento populacional. Entre abril de 1990 e julho de 1995, os municípios não-metropolitanos aumentaram sua população em 2,6 milhões de residentes, ou o dobro do crescimento verificado nos anos 80. São dados provenientes das estimativas anuais de população feitas pelo Bureau of the Census. As taxas de crescimento anual se situaram em torno de 0,9% ao ano na década de 90, enquanto 0,3% era registrado na década anterior.

Numa época de taxas de natalidade declinantes, são as mudanças nos padrões de migração interna — de e para as áreas urbanas — que explicam este dramático aumento da população rural.

Mais recentemente, nos 12 meses encerrados em julho de 1995, a taxa de crescimento da população não-metropolitana (1,1%) superou a das áreas metropolitanas (0,9%) pela primeira vez desde os anos 70. Numa época de taxas de natalidade declinantes, são as mudanças nos padrões de migração interna — de e para as áreas urbanas — que explicam esse dramático aumento da população rural.

Para o país como um todo, o crescimento mais acentuado do emprego e o declínio mais lento da renda domiciliar mediana nas áreas não-metropolitanas ajudam a explicar os padrões populacionais pós-1990. Durante a recessão de 1990/91 foram as áreas urbanas que mais sofreram, ao contrário do verificado nas recessões da década de 80, quando a contração das atividades agrícolas, de mineração (incluindo gás e petróleo) e da indústria de transformação provocaram uma intensa migração para fora das áreas rurais.

Há ainda a considerar que a localização do crescimento recente indica que considerações não-econômicas são forças importantes, na medida em que mais e mais pessoas procuram áreas com menor densidade populacional e paisagens agradáveis. Melhorias nos transportes e nas comunicações proporcionam maior flexibilidade na localização residencial e profissional, como mostra a evidente tendência à desconcentração registrada mais notadamente no Oeste dos EUA, mas também em regiões como as montanhas Ozark, os territórios montanhosos do Texas, a parte norte do estado de Michigan e o sul dos Apalaches.

As estimativas anuais mostram não apenas um aumento mas um alargamento da população rural, atingindo áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos e afetando municípios com atividades econômicas diversificadas. Economias baseadas em atividades recreacionais e voltadas para os aposentados cresceram mais aceleradamente, sobretudo entre as áreas montanhosas do Oeste. No seu conjunto, os municípios dependentes da agropecuária cresceram 3% entre 1990 e 1995, embora em alguns de seus distritos continuassem a ser verificadas perdas de população devidas à emigração. Muitas das regiões dependentes das atividades de mineração também tiveram sua população aumentada, depois de terem perdido 5% de seus habitantes nos anos 80.

O Oeste não-metropolitano, com áreas extremamente férteis e substancial imigração, continuou registrando um crescimento mais rápido do que o resto do país, 11,8% entre 1990 e 1995 (ou o equivalente ao crescimento verificado em toda a década de 80). Um terço do crescimento não-metropolitano se deu nessa região, apesar de que em 1990 ela contasse com apenas 14% dos habitantes não-metropolitanos.

A região central, que consiste basicamente nas Grandes Planícies e no Corn Belt, teve o menor crescimento da população rural, 2% entre 1990 e 1995 (na década de 80 essa população se reduziu em 4%). A diferença entre nascimentos e óbitos nesta região é tão baixa que esses 2% de crescimento foram quase totalmente devidos à imigração líquida. No Norte e no Sul as taxas de crescimento da população nas áreas rurais e nas pequenas cidades ficaram aquém

[1] Do ERS/USDA. Reproduzido de *Agricultural Outlook*, nov. 1996.

do crescimento populacional médio do país, mas bem acima dos índices registrados nos anos 80.

As únicas exceções sub-regionais a esse padrão abrangente de crescimento populacional mais rápido nas áreas não-metropolitanas na década de 90 comparativamente à anterior se situam na Califórnia, Havaí e Península da Flórida, onde a população se reduziu, mas ainda é alta segundo os padrões nacionais, e na Nova Inglaterra, onde o crescimento, tanto metropolitano quanto não-metropolitano, foi bastante pequeno, refletindo a estagnação econômica da região.

As mudanças populacionais, especialmente aquelas provocadas pela migração, afetam os potenciais de crescimento econômico. Os migrantes, em qualquer época, não são uma amostra da população, são em geral mais jovens, mais educados e tendem a ter qualificações profissionais ou empresariais bem como espírito de liderança.

Portanto a migração determina em boa medida o crescimento futuro da população e do capital humano a que uma dada região poderá recorrer — em escala maior do que a que é sugerida pelos números. As áreas de crescimento enfrentam problemas fiscais e sociais relacionados ao rápido crescimento, enquanto as áreas que perdem população perdem os "melhores e mais brilhantes".

Componentes do crescimento populacional

Durante o período 1990-95, 60% do crescimento não-metropolitano (1,6 milhão de pessoas) decorreu da migração líquida (imigrantes menos emigrantes), superando assim 1,4 milhão de habitantes perdidos pela migração líquida ao longo dos anos 80. Os 40% restantes são decorrentes do crescimento vegetativo (nascimentos menos óbitos). Já no que se refere ao crescimento metropolitano, 75% é decorrência do crescimento vegetativo e 25% da migração líquida. Ganhos na migração líquida registrada nas áreas metropolitanas resultaram do ingresso de estrangeiros e compensaram as perdas de população devidas à emigração para áreas não-metropolitanas. As disparidades do crescimento da população rural resultaram, principalmente, de diferenças na migração líquida.

O crescimento vegetativo também revela alguns padrões regionais bastante significativos. As maiores taxas de crescimento vegetativo são encontradas no Oeste, refletindo uma população mais jovem e a presença de grupos como mórmons, hispânicos e americanos nativos (índios) que tradicionalmente registram taxas de fertilidade mais alta. Em contraste, há um número crescente de municípios não-metropolitanos, especialmente nas Grandes Planícies e no Corn Belt, que apresentam decréscimo vegetativo de suas populações (243 municípios na década de 80 e 594, nos anos 90).

Existem ainda cerca de 100 municípios dependentes, no presente ou no passado recente, de atividades agrícolas em que o decréscimo vegetativo é a principal razão da redução populacional, anulando os efeitos positivos de uma discreta tendência à imigração líquida. Esse decréscimo vegetativo decorre em parte de taxas de natalidade declinantes (na média, as mulheres rurais estão tendo menos filhos) e do envelhecimento da população (menos mulheres em idade fértil). Apenas em algumas áreas, como a Flórida, o declínio vegetativo da população é causado por um influxo de aposentados que elevam a idade média.

As estimativas populacionais do Bureau of the Census registram apenas a migração líquida e não seu desdobramento em emigração e imigração. Estas podem ser obtidas através de informações do Internal Revenue Service (Secretaria da Receita Federal) que abrangem cerca de 80 a 85% de todas as migrações e revelam que a migração líquida representa apenas parte do rearranjo populacional verificado nas áreas rurais. Fluxos populacionais de e para áreas metropolitanas, bem como movimentos entre áreas não-metropolitanas, sustentam o processo de redistribuição populacional em curso.

Nos anos de 1988 e 1989, quando a migração líquida se encontrava próxima de zero, as taxas de emigração e imigração brutas eram, ambas, superiores a 6%. A mais recente taxa anual de migração líquida,

Definições

Áreas metropolitanas são aquelas que abrangem um município central com uma cidade de pelo menos 50 mil habitantes ou uma área urbanizada com 50 mil habitantes e uma população total de pelo menos 100 mil habitantes. Os municípios contíguos podem ser considerados áreas metropolitanas se estiverem economicamente integrados com seu(s) município(s) central(ais) e se enquadrarem nos critérios populacionais. Neste artigo, os termos metropolitano e urbano são usados em relação às áreas metropolitanas definidas acima.

Áreas não-metropolitanas são os municípios fora dos limites das áreas metropolitanas. No artigo são também denominadas áreas rurais.

Áreas não-metropolitanas adjacentes são as que se localizam fisicamente próximas a uma ou mais áreas metropolitanas e que têm pelo menos 2% de sua população deslocando-se de forma regular para as áreas metropolitanas, seja para trabalhar ou exercer outras atividades.

Regiões

Norte: Connecticut, Delaware, District de Colúmbia, Indiana, Maine, Maryland, Michigan, Massachusetts, New Hampshire, Nova Jérsei, Nova York, Ohio, Pensilvânia, Rhode Island, Vermont e Wisconsin.

Central: Illinois, Iowa, Kansas, Minessota, Missouri, Nebraska, North Dakota, Oklahoma e South Dakota.

Sul: Alabama, Arkansas, Flórida, Georgia, Kentucky, Louisiana, Mississippi, North Carolina, South Carolina, Tennessee, Texas, Virginia e West Virginia.

Oeste: Alaska, Arizona, Califórnia, Colorado, Havaí, Idaho, Montana, Nevada, Novo México, Oregon, Utah, Washington e Wyoming.

de 0,6%, resulta da diferença entre uma taxa de imigração de 6,6% e uma taxa de emigração de 6%.

De 1988/89 até 1993/94, a imigração anual não-metropolitana aumentou 7,1% (de 2,55 milhões de pessoas para 2,73 milhões) e a emigração diminuiu 2,3% (de 2,54 milhões para 2,48 milhões). O resultado de uma conjuntura em que mais pessoas chegaram, em relação aos residentes que saíram, provocou um aumento de 17 vezes na população não-metropolitana, e pode-se dizer que a migração líquida aumentou de 15 mil pessoas em 1988/89 para 254 mil em 1993/94.

Enquanto que nos seis anos considerados nesta análise, o crescimento populacional das áreas próximas às áreas metropolitanas aumentou em termos de migração líquida, esse aumento não atingiu as proporções dramáticas registradas nas áreas não-metropolitanas mais distantes, indicando um alargamento da localização populacional. Depois de perder contingente no fim dos anos 80, os municípios não adjacentes às áreas não-metropolitanas aumentaram em 96 mil habitantes nos anos de 1993 e 1994, captando cerca de 1/3 da migração líquida das áreas não-metropolitanas e igualando a migração das áreas adjacentes.

Apesar da atenção dada ao movimento dos habitantes urbanos da Califórnia em direção às áreas rurais, é surpreendente constatar que a permanência no local de residência tenha sido o principal fator a explicar o surto de crescimento das áreas não-metropolitanas do Oeste dos EUA. Entre 1988/89 e 1993/94, a imigração para essas áreas aumentou apenas 2%, enquanto a emigração das mesmas áreas se reduziu em 11%.

Há interessantes padrões migracionais entre áreas com recursos econômicos semelhantes. De modo geral, nos municípios agrícolas o principal fator que explica a passagem de taxas negativas para taxas positivas de migração líquida é a imigração, isto é, a chegada de novos habitantes, mais do que a permanência de populações já localizadas aí. Isto reflete uma melhoria global da agricultura comercial mas é também uma sinalização do fato de que esses municípios estão atraindo novos tipos de atividade.

Outros grupos de municípios, classificados segundo atividade predominante, a mostrar altas taxas de imigração (superiores a 9% ao ano) são aqueles onde predominam os aposentados e os que têm terras federais. Contudo, esse último conjunto também apresenta as taxas mais elevadas de emigração, o que parece confirmar a alta instabilidade e rotatividade populacional associadas às economias em rápido crescimento e que têm como principal atrativo as atividades de turismo e lazer. Ainda assim, a emigração nestas áreas, durante o período 1993/94, foi 9% inferior à registrada seis anos antes, triplicando a migração líquida para essas regiões fartas em amenidades e condições ambientais favoráveis.

A migração para áreas amenas deve continuar

Se os atuais padrões migracionais persistirem, os anos 90 podem se tornar a década do maior crescimento populacional em áreas não-metropolitanas. Um dos fatores que poderiam sustar essa tendência é que aparentemente as taxas de crescimento do emprego rural parecem ter estagnado em 1995 e que padrões de migrações ligadas à busca de emprego podem ser menos favoráveis se continuar, nas áreas urbanas, a recuperação da recessão do início dos anos 90.

Entretanto, as mudanças registradas nos padrões de migração relacionados ao emprego têm sido superadas por tendências de mais longo prazo, especialmente o desejo de fugir do ambiente urbano, a redução dos entraves locacionais para as atividades industriais ou de serviços, condições relativamente atraentes para a aquisição de imóveis nas áreas não-metropolitanas e um aumento constante nas aposentadorias precoces e na busca de lazer e turismo. Estas tendências tendem a se fortalecer nos próximos anos, aumentando a migração e retendo a população já localizada em áreas não-metropolitanas, especialmente no que se refere àquelas dedicadas ao lazer.

TRADUÇÃO DE MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Migrações urbano-rurais: uma nova tendência?

É comum se associar modernidade com urbanização e tecnologia, portanto, com declínio das atividades agrícolas e da população rural. A redução da população ocupada no setor primário foi uma das tendências mais fortes nos últimos 100 anos. Parece que o crescimento da população urbana é uma fatalidade que leva ao aumento das grandes metrópoles, com todos os seus encantos e problemas, pois nelas estaria o dinamismo. Os números registrados nos EUA nesta década mostram que alguma coisa está mudando. O artigo reproduzido a seguir dá conta de um expressivo aumento na população rural dos EUA e mostra que nem sempre as atividades agrícolas são as que explicam esse êxodo urbano-rural.

Os primeiros resultados da Contagem Populacional levada a efeito pelo IBGE em 1996 mostram que o maior crescimento populacional ocorreu, no geral, fora das capitais. É verdade que no caso brasileiro parece haver, por parte da população, uma fuga dos altos preços da moradia e uma retração para cidades-dormitório situadas na periferia dos centros urbanos. Mas há indícios de outras mudanças em curso. De um lado, a intensificação do Movimento Sem-Terra chama a atenção para o esgotamento das oportunidades de sobrevivência oferecidas pelas atividades urbanas. Por outro lado, o turismo nos hotéis-fazenda, para os mais abastados, e os pesque-pague, mais populares, parecem mostrar que novas alternativas surgem para atividades a serem desenvolvidas no meio rural.

É tempo de refletir.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

China — para onde vai a agricultura? — V

TRADUÇÃO DE MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Continuando a série sobre a agricultura chinesa, apresentamos neste número a parte dos relatórios que trata dos óleos vegetais e do algodão.

Óleos vegetais

O consumo *per capita* chinês de óleos vegetais (7,5kg) é baixo quando comparado com o de outros países do Extremo Oriente, como Coréia (12,2kg), Japão (16,7kg), Hong-Kong (23,1kg) e Taiwan (24,3kg). O consumo dos óleos vegetais pode ser distribuído em três grupos de uso: no lar, em locais públicos (restaurantes, lanchonetes, hotéis) e em indústrias de processamento de alimentos. O consumo de gorduras das residências urbanas é 45% superior ao dos domicílios rurais. Em 1994, o consumo urbano doméstico foi de 8,22kg *per capita* (dos quais 92% em óleos vegetais), enquanto no setor rural foi de 5,66kg (dos quais 30% de origem animal).

À medida que a renda cresce, o consumo total de gorduras comestíveis aumenta e há uma substituição das gorduras de origem animal pelos óleos vegetais.

À medida que a renda cresce, o consumo total de gorduras comestíveis aumenta e há uma substituição das gorduras de origem animal pelos óleos vegetais. Entre 1977 e 1988, o consumo domiciliar de óleos vegetais aumentou 14% ao ano. Entre 1988 e 1994, a taxa de crescimento anual nos domicílios urbanos foi de apenas 2% e nos rurais de 3%. Isso mostra que, a partir do momento em que os consumidores vêem atendidas suas necessidades nutricionais básicas e se sentem seguros desse atendimento, o consumo de óleos comestíveis tende a estabilizar-se.

A partir de 1992, os subsídios ao consumo domiciliar de óleos vegetais nos centros urbanos foi sendo eliminado nas várias províncias. Embora a inflação elevada registrada no ano seguinte tenha provocado a retomada de tais subsídios, só algumas áreas foram atingidas. Portanto, a partir de 1993, os preços de mercado dos óleos vegetais aumentaram substancialmente e as despesas *per capita* com os mesmos aumentou 65% em 1994, enquanto o consumo cresceu 4%. Dessa forma, tomando-se as taxas anuais de crescimento da renda urbana e rural, de 4 e 7% respectivamente, registradas nos últimos 10 anos, podem-se projetar aumentos de 3 a 4% no consumo doméstico de óleos vegetais.

O consumo dos óleos vegetais em locais fora do domicílio (restaurantes, lanchonetes e outros) passou a ter considerável importância e está fortemente relacionado à evolução da renda. Se este fator for levado em conta, pode-se projetar um crescimento anual de 4 a 5%.

O consumo dos óleos vegetais na indústria processadora de alimentos, por outro lado, é uma das principais forças a estimular a importação de óleos vegetais. Essas indústrias estão crescendo rapidamente em função tanto da demanda interna quanto das exportações. Recentemente a China importou equipamentos para a indústria de *fast food* (sobretudo máquinas para a produção de macarrão) e constituíram-se diversas *joint ventures* no ramo. Assim, é de se prever que o consumo industrial de óleos vegetais seja o segmento a apresentar a maior taxa de expansão (algo entre 7 e 10%). O óleo de dendê predomina e suas importações devem crescer bastante. Em síntese, considerando os três segmentos do consumo, podemos projetar um aumento anual de 5 a 6% na demanda de óleos vegetais.

A China tem aumentado constantemente sua capacidade de esmagamento de oleaginosas, tanto no que diz respeito às empresas nacionais quanto às *joint ventures*. Em 1993, a capacidade de moagem era de 9,6 milhões de toneladas e, levando-se em conta que essa capacidade continua sendo expandida, tudo indica que as importações chinesas de oleaginosas continuarão fortes nos próximos anos. Dadas as mudanças na preferência dos consumidores em busca de óleos de qualidade mais alta, as importações de soja em grão deverão registrar maior expansão. Essa tendência será reforçada, ainda, pela intensificação na demanda de rações com alto conteúdo de proteínas. Projeta-se para os próximos 10 anos um aumento anual de cerca de 20% nas importações de soja em grão, enquanto as exportações chinesas da oleaginosa deverão se reduzir cerca de 3% ao ano.

As decisões relativas à importação de óleos comestíveis, na China, só parcialmente levarão em conta aspectos de oferta e demanda. Considerações de política econômica relativas à descentralização e/ou recentralização de direitos de importação e de subsídio aos estoques de alimentos deverão desempenhar um papel importante nessas decisões.

Algodão

As substanciais importações do período 1994/95 se prolongaram no ano comercial seguinte. Analistas explicam o aumento substancial nas importações chinesas de algodão que se verificaram nos últimos anos, como decorrência dos baixos preços oficiais para a fibra — que levaram os agricultores a vender sua safra no mercado negro —, das dificuldades em transportar algodão das regiões superavitárias para as deficitárias e da necessidade de recompor estoques que se encontravam em níveis bem baixos.

Há, contudo, indicações de que os estoques de algodão chinês na verdade seriam bastante grandes e o esclarecimento da sua efetiva posição é dificultada pelo fato de que os dados sobre estoques de algodão são ainda considerados segredo de estado pelas autoridades do país. Se é difícil avaliar a dimensão dos estoques, há ainda maiores dificuldades em se conhecer sua qualidade.

O fato é que em março de 1995 o governo da China anunciou um aumento de 29% nos preços oficiais de aquisição da fibra, que passaram a algo em torno de US$1.624/t, quantia ainda distante dos US$2.088/t, ou até US$2.436/t pagos pelo mercado negro.

Em 1996, os responsáveis pela política agrícola chinesa anunciaram que a responsabilidade pela oferta e pelo consumo de algodão passaria às províncias, com exceção dos grandes centros têxteis como Shangai, Beijing e Tainjin, onde a oferta da fibra será garantida pelo governo central. O abastecimento desses centros será proveniente das províncias onde há excedentes (como Xinjiang, no Nordeste do país) ou de importações. Embora as medidas não sejam muito claras, o que dificulta projeções, nota-se uma certa relutância do governo em partir para um sistema de distribuição de algodão mais orientado pelo mercado.

Outra modificação recentemente anunciada foi a da reestruturação do órgão responsável pela economia algodoeira. Segundo as informações obtidas, o sistema de cooperativas de oferta e comercialização será reformado nos níveis provincial e local e uma cooperativa central supervisionará o sistema. A cooperativa central se reportará diretamente ao Conselho de Estado, o que parece indicar maior controle central da atividade.

Um dos problemas mais importantes da cultura do algodão tem sido o bicudo, que afeta praticamente todas as regiões produtoras. Ainda assim, na safra 1995/96 os rendimentos físicos da lavoura aumentaram 12%, sendo obtidos 879kg/ha, ainda distantes do rendimento recorde da safra 1984/85, de 930kg/ha. Os ataques ao bicudo foram dificultados pelo aumento do custo dos insumos e pela resistência da praga aos inseticidas usados para combatê-la. Por outro lado, está se disseminando a adoção de práticas inovadoras e de baixo custo, como o uso de iluminação de alta intensidade e o consórcio com fileiras de milho que atraem as pragas e permitem destruí-las manualmente.

O consumo dos óleos vegetais em locais fora do domicílio passou a ter considerável importância e está fortemente relacionado à evolução da renda.

O fato de que boa parte do algodão é plantado em pequenas explorações facilita a disseminação das pragas e dificulta a aplicação de agroquímicos, a qual exigiria uma intensa coordenação entre os agricultores para se tornar efetiva.

As perspectivas de longo prazo indicam um aumento gradual das importações e a manutenção de exportações em um nível reduzido. Espera-se que a produção de algodão aumente, mas que se mantenha aquém do crescimento esperado da demanda interna e das exportações de têxteis. Há um espaço potencial para o aumento do rendimento físico da lavoura, mas isso será dificultado pelos custos crescentes dos insumos e pelo baixo nível dos preços de aquisição governamentais. Portanto, em condições climáticas normais, a China deverá se manter como importador líquido da fibra, embora nada impeça que, havendo coincidência entre condições climáticas ótimas e política setorial favorável, o país seja eventualmente exportador líquido. Espera-se que as importações chinesas de algodão atinjam algo em torno de 835 mil toneladas em 2005, embora, mantidas as tendências mais recentes, esse montante possa ser atingido ainda mais cedo. As exportações ficariam ao redor de 95 mil toneladas.

Uma vez que as exportações de produtos têxteis respondem por cerca de 30% da receita externa da China, a importância do segmento para a economia nacional implica que o governo deverá manter um controle maior do que em relação a outras commodities. Ainda recentemente, por exemplo, o governo chinês divulgou uma série de normas bastante rigorosas em relação à comercialização, classificação, distribuição e preços do algodão.

Preparando o III Fórum Empresarial das Américas

A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) está coordenando um movimento dos empresários brasileiros, e promovendo entendimentos com entidades congêneres nas Américas, com vistas à realização, em maio próximo, em Belo Horizonte, do III Fórum Empresarial das Américas.

Em fevereiro, no Rio de Janeiro, a CNI promoveu várias reuniões dos diversos grupos de discussão, o que culminou em um encontro entre empresários e acadêmicos, cujo objetivo foi contribuir para a construção da posição empresarial brasileira em relação à Alca — Área de Livre Comércio das Américas.

É fundamental que o setor privado, universidades e centros de pesquisa aprofundem a discussão.

A assessoria econômica da CNI preparou o texto a seguir, o qual sintetiza os principais pontos discutidos em fevereiro, no Rio de Janeiro.

1. Prioridade da agenda brasileira: multilateral ou regional — A característica de *global trader* do comércio exterior brasileiro fez com que a política comercial externa brasileira fosse essencialmente multilateral, buscando junto à OMC as garantias quanto aos compromissos assumidos por seus parceiros comerciais. Com a implementação do Mercosul, a consolidação desse bloco sub-regional passou a ser prioritária. Nesse contexto, até o momento, a Alca teria sido uma opção secundária. Com a aceleração do processo negociador, esse quadro poderá ser modificado, não sendo unânimes as opiniões sobre os ganhos para o Brasil a partir dessas posições.

2. A Alca obriga à revisão de estratégias — O processo de integração hemisférica obrigará à revisão de várias dimensões da política comercial externa brasileira. O Brasil precisará fazer escolhas sobre questões que, na realidade, são todas interdependentes (Alca, ITA, telecomunicações, uso de salvaguardas, dentre outras) e será impossível dizer não à agenda presente nos fóruns internacionais. Merecem destaque ainda as questões relacionadas ao aprofundamento do Mercosul e à sua extensão a outros países das Américas.

3. Paradigma OMC ou GATTplus — A agenda da Alca incorpora temas que passaram por negociações complexas na Rodada Uruguai e para os quais o Brasil vem defendendo os resultados da OMC como paradigma. Segundo alguns, a manutenção dessa estratégia torna a negociação da Alca menos atraente. A inclusão desses temas na agenda da Alca implicaria a necessidade de ir além dos paradigmas da OMC (GATTplus).

4. Estratégia brasileira (demandante X reativa) — A estratégia (de caráter defensivo) adotada pelo Brasil até Cartagena foi considerada próxima do esgotamento. O desenho da estratégia brasileira deve ser demandante e fundado em um modelo que possa se apresentar como alternativa viável ao projeto liderado pelos Estados Unidos.

5. Inexorabilidade do processo — Houve unanimidade quanto à inexorabilidade do processo de integração hemisférica. Em função dessa premissa, foi destacada a necessidade de que o Brasil adote uma estratégia ativa, contemplando seus interesses. Ainda que para alguns essa atitude ativa deva ser cautelosa, todos concordam em que o Brasil deve apresentar suas pretensões, ou seja, deve saber "o que e quanto quer atingir e do que e de quanto pode abrir mão internamente" .

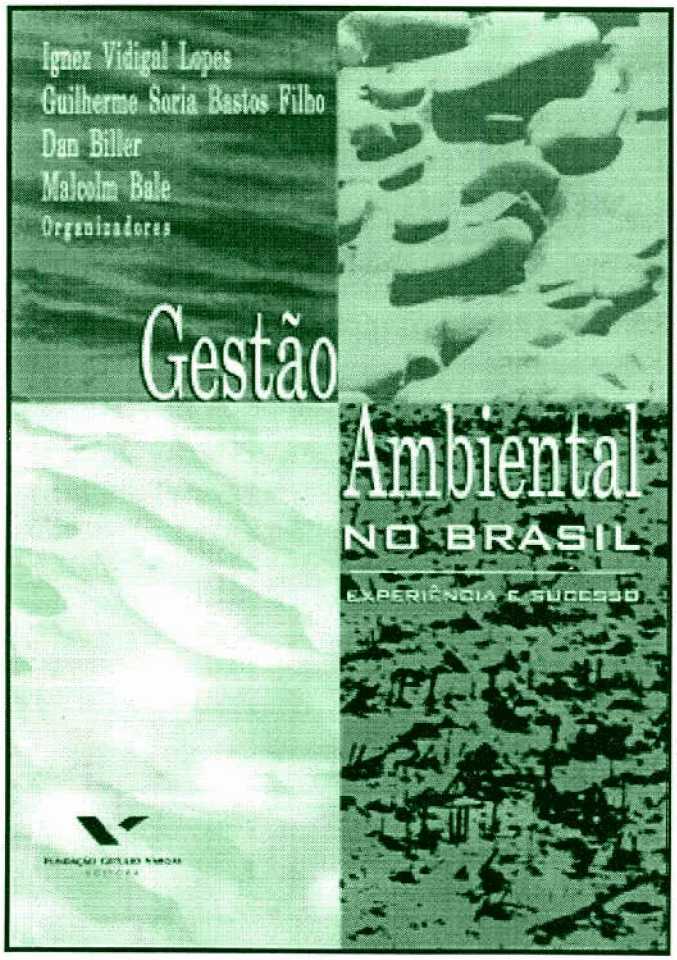
6. *Timing* do processo — Apesar de os expositores terem sido unânimes quanto à inexorabilidade do processo de integração hemisférica, as opiniões divergiram quanto ao *timing* dessa integração. Para alguns, a estratégia do Brasil deveria ser a de manter rigorosamente o acordado em Miami quanto ao período de conclusão das negociações e adotar o máximo possível de medidas protelatórias quanto à implementação, medidas essas que só seriam viáveis se o Brasil viesse a fazer concessões em outras áreas da sua política comercial. O país deveria primeiro consolidar o Mercosul e estender ao máximo o prazo para implementação da integração hemisférica, a exemplo do que vem sendo negociado na Apec. Para outros, o Brasil deveria passar a ter uma estratégia mais ativa, centrada na localização de interesses mais imediatos, de modo a evitar perda de

influência sobre o processo. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada à aprovação do *fast-track* pelo Congresso americano, o que poderá impor um ritmo mais agressivo ao processo de integração.

7. Peso relativo do Brasil — A capacidade de negociar bem o *timing* do processo de integração está diretamente relacionada ao poder de barganha que o Brasil possa ter nessas negociações. Sem dúvida, o Brasil tem peso e características que o distinguem dos demais países envolvidos no processo de negociação. Sua agenda é, por exemplo, muito mais complexa, em função da própria sofisticação de sua estrutura econômica. Assim sendo, para alguns, tendo em vista essas características e por ser o segundo PIB do hemisfério, a participação do Brasil nas negociações seria indispensável, fato que poderia ser explorado pelo país. Para outros, entretanto, isto não significa que o país possa sobreestimar o seu peso relativo, sendo necessário buscar alianças estratégicas junto a seus parceiros do Mercosul, para evitar os riscos de marginalização. A esse respeito foram também mencionados os riscos de manter a coesão entre os países do Mercosul ao longo do processo negociador.

8. Estratégia Mercosul — A proposta Mercosul apresentada na reunião vice-ministerial de Florianópolis também foi objeto de discussão. Alguns dos participantes apontaram para o risco da proposta apresentar-se frágil ante o *fast-track* e sobre a necessidade de rechear a agenda com temas mais substantivos. A proposta de desenvolvimento por etapas — que transfere as negociações sobre o acesso a mercados para a última fase — tem boa receptividade por parte dos empresários, mas existem setores, como o agrícola e o têxtil, que demandam uma agenda mais imediata. Os resultados parciais dos grupos de discussão do setor privado sugerem a existência de temas capazes de fornecer elementos para o aperfeiçoamento da seqüência de etapas da proposta Mercosul.

9. Âncora de modernização? — Uma das discussões envolveu o exame do processo Alca como uma âncora no reforço do processo de modernização da economia brasileira. Apesar das variadas percepções sobre o tema, houve consenso de que o estabelecimento das prioridades brasileiras deveria ter essa perspectiva como referência. O tema infra-estrutura mereceu especial destaque.



O tema do uso dos recursos naturais e do meio ambiente geralmente tem sido tratado no Brasil com um enfoque pessimista, que enfatiza os aspectos da destruição. Este livro apresenta uma abordagem inovadora, que traz à luz, por intermédio de estudos de casos, experiências concretas em que a preservação e a recuperação são o alvo da ação de empresas, governos e organizações ambientalistas. Destaca casos bem-sucedidos de atuação descentralizada dos estados e municípios, nos quais a ênfase da ação pública se tem pautado menos pela repressão do que pela cooperação e pela busca de incentivos econômicos para uma utilização mais racional dos recursos naturais.

Organizadores
IGNEZ VIDIGAL LOPES
GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
DAN BILLER
MALCOLM BALE

EDITORA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Praia de Botafogo 190 — 6º andar
CEP: 22253-900 — Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 536-9110 — Fax: (021) 536-9155
E-mail: editora@fgvrj.br

Preços internacionais: perspectivas conflitantes

As projeções quanto à produção a ser obtida em 1997 para os principais cereais e oleaginosas foram bastante favoráveis no início deste ano, tanto no plano nacional quanto no mundial. Depois de dois anos em que os estoques mundiais atingiram seu ponto mais baixo nos últimos 20 anos (ver Agroanalysis, *mar. 1996), a recuperação dos preços incentivou o aumento do plantio e uma lenta recuperação dos estoques. A curto prazo, parece que não haverá grandes dificuldades, mas os especialistas não são unânimes quanto às perspectivas num plano um pouco mais longo.*

O Banco Mundial publicou recentemente um relato das conclusões da Cúpula Mundial da Alimentação, promovida em fins de 1996 em Roma. Segundo este estudo: "As perspectivas para o médio prazo são de disponibilidade adequada de alimentos em nível mundial e, portanto, os preços deverão manter-se abaixo dos patamares registrados no início de 1996". Ainda assim, o relatório chama a atenção para o fato de que os rendimentos físicos das lavouras têm-se mantido estagnados nos anos recentes e para as muitas incertezas que cercam as perspectivas da demanda.

Os estudos da Cúpula Mundial da Alimentação projetam um aumento anual da produção de cereais e oleaginosas em torno de 1,55% para o período de 1981 a 2010.

As conclusões da reunião de Roma foram baseadas em três estudos realizados por Agcaoili e Rosengrant, do International Food Policy Research; Alexandratos, da FAO, e por Mitchell e Ingco, que tomaram por base estudos do Banco Mundial. Os estudos, feitos através de vários modelos econométricos, projetam um aumento anual da produção de cereais e oleaginosas em torno de 1,55% para o período que vai de 1981-89 até 2010, sendo que nos países em desenvolvimento esse incremento será de cerca de 1,94% e nas economias industrializadas de 1,13%.

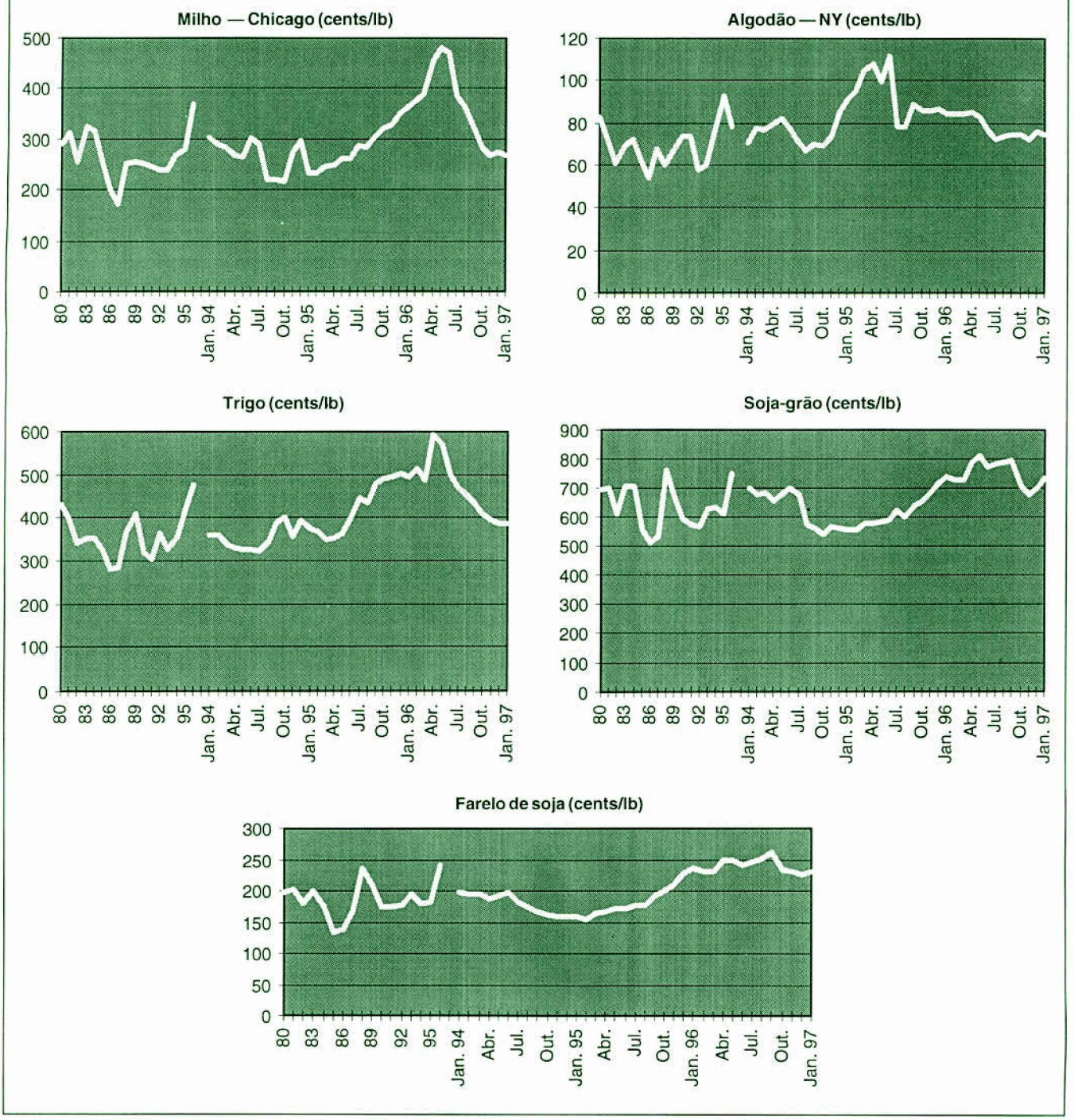
As projeções procuram refletir os resultados das mudanças nas condições do comércio internacional de produtos agrícolas e as tendências de evolução da população e da renda, mas, como em todo estudo econométrico, os modelos adotam hipóteses cuja não-concretização pode alterar significativamente os resultados previstos.

Talvez a hipótese mais forte dos modelos considerados seja a da manutenção dos níveis de investimento público na agricultura. Uma vez que há certo consenso dos estudiosos de que os rendimentos físicos da agricultura estão estagnados, ou que estão crescendo menos do que no passado recente, e uma vez que os governos encontram cada vez mais dificuldade em financiar suas despesas, pode-se considerar que a hipótese da manutenção de despesas públicas na pesquisa agrícola é bastante otimista. É claro que se poderia pensar que os investimentos privados viessem a compensar uma eventual queda daqueles, mas há motivos para considerar que nem sempre os resultados seriam os mesmos.

Na reunião do Grupo Intergovernamental de Grãos, em fevereiro deste ano, a FAO apresentou conclusões bem mais pessimistas. Embora concordando com o Banco Mundial em que dificilmente os preços mundiais voltarão a atingir, a curto prazo, os níveis do início de 1996, os técnicos ali reunidos consideram que a instabilidade do mercado está longe de ter terminado. A maior volatilidade dos preços dos cereais decorre da substancial redução dos estoques mundiais. A recuperação das safras não tem permitido a recomposição daqueles estoques e qualquer alteração — seja da oferta, como uma quebra de safra provocada por problemas climáticos, ou uma alteração da demanda — tende a determinar acentuadas oscilações dos preços. O estudo da FAO também considera que as atuais mudanças no comércio em conseqüência da Rodada Uruguai tendem a ter um efeito desestabilizador no curto prazo, dada a redução dos subsídios, embora a longo prazo a liberalização do comércio venha a favorecer a estabilidade dos preços das commodities.

Os gráficos parecem dar certa razão às conclusões da FAO. Embora no segundo semestre de 1996 tenha havido uma queda nos preços dos principais cereais e oleaginosas, seus níveis ainda estão altos em termos históricos. A produção deve aumentar neste ano agrícola, mas a relação estoques finais projetados/disponibilidade ainda está baixa em termos históricos.

Cotações no mercado futuro



Com relação ao Brasil, contudo, apenas no caso da soja se espera uma melhoria dos preços recebidos pelos produtores. De modo geral, a recuperação da safra e a dificuldade de financiar a estocagem devem contribuir para manter os preços em seus níveis atuais.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Alimento — direito ou commodity?

Considerada um dos maiores esforços despendidos pela FAO em seus 51 anos de vida, a reunião da Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, ganhou cunho histórico ao referendar o compromisso de assumir como obrigação moral e política a tarefa de, antes de 2015, diminuir à metade a dramática cifra de 800 milhões de pessoas para as quais a alimentação não passa de utopia (e não nos esqueçamos de que o Brasil contribui com 15 milhões para este total). Assim, na última das cúpulas que antecederam o fim do milênio, governantes de todo o mundo lavram o direito de toda pessoa ter acesso a alimentos sadios e nutritivos.

As discussões travadas na Cúpula Mundial sobre Alimentação e no Fórum das ONGs, ambas realizadas no final de dezembro em Roma, revelam a verdadeira face das duas correntes que nortearão as negociações futuras no agribusiness internacional. Os resultados desses encontros e seus desdobramentos ganharam pouco espaço na mídia brasileira, com somente algumas informações dispersas e superficiais.

Em torno da importância política da Cúpula, os números falam por si. Dos 195 países do planeta, 186 marcaram presença física, dos quais 41 foram representados por seus próprios presidentes, 15 pelos vice-presidentes, 41 por primeiros-ministros e 57 por ministros de áreas pertinentes ao tema. Dos países-membros da FAO, somente dois não participaram com representantes diretos.

Considerada um dos maiores esforços despendidos pela FAO em seus 51 anos de vida, a reunião da Cúpula ganhou cunho histórico ao referendar o compromisso de assumir como obrigação moral e política a tarefa de, *antes de 2015, diminuir à metade a dramática cifra de 800 milhões de pessoas para as quais a alimentação não passa de utopia (não nos esqueçamos de que o Brasil contribui com 15 milhões para esse total).* Assim, na última das Cúpulas que antecederam o fim do milênio, governantes de todo o mundo lavram o direito de toda pessoa ter acesso a alimentos sadios e nutritivos.

Os pontos marcantes da Cúpula foram a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar, documento político cuja redação consumiu mais de um ano, e a aprovação do Plano de Ação, largamente elaborado pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (esses documentos aparecem em box nesta matéria).

Já o Fórum das ONGs contou com 1.200 representantes de diferentes organizações distribuídas por 80 países do mundo, que aprovaram um documento de conteúdo bastante polêmico intitulado "Proveito de todos e não de poucos: soberania e segurança alimentar para eliminar a globalização do homem", que considera a segurança alimentar como possível e reivindica o "direito humano fundamental ao alimento".

Dentro de uma cultura muito atuante de rompimento com o *status quo*, as ONGs trazem como proposta inovadora a adoção de um modelo alternativo, de preferência ao atual, que elas analisam como "baseado na concentração de renda e poder", através da elaboração de um "código internacional de conduta" que regule a aplicação do direito ao alimento.

Apesar de buscarem objetivos comuns, a Cúpula Mundial sobre Alimentação e as ONGs adotam caminhos diferentes. Os posicionamentos de ambos revelam discordâncias profundas. Em jogo estão dois princípios opostos: o absolutismo do livre mercado e a soberania alimentar.

A aceitação pura e simples do primeiro princípio significa ignorar o poder de fogo das grandes empresas transnacionais para influenciar o mercado com estratégias de preços, ofertas e estoques. O segundo, por sua vez, leva em conta a temeridade de uma desestruturação das economias agrícolas para os países em desenvolvimento, com crescente dependência de importações pagas, que exaurem suas parcas divisas disponíveis.

A questão da tecnologia

Existe ainda a área nebulosa que envolve a questão tecnológica. Julian Simon, em recente artigo publicado no influente periódico *The Wall Street Journal*, afirmou que com a tecnologia disponível hoje na produção agropecuária, o homem pode alimentar uma população crescente por séculos. Ele cita dados do USDA para mostrar que a produção *per capita* de alimentos vem crescendo desde 1950.

Simon vai mais longe e afirma que, embora a produção de alimentos tenha crescido, a proporção da força da mão-de-obra na agricultura declina em todo o mundo. Do mesmo modo, conclui que a produtividade dos trabalhadores e das áreas agricultáveis aumenta graças à mecanização e às inovações tecnológicas. Isso faz com que os produtores aperfeiçoem as práticas gerenciais em ambiente de maior liberdade econômica, orientando a produção para o mercado, com melhor uso do sistema de armazenagem e transporte. É o contrário da socialização da agricultura e das intervenções governamentais, que se mostraram politicamente desastrosas onde e quando foram aplicadas.

Na visão de Simon, o futuro da alimentação do mundo ganha maior brilho com as luzes da manipulação genética das plantas e dos melhores métodos de irrigação, cultivo e fertilização. O problema é que, embora muitos desses métodos estejam disponíveis e sejam viáveis, eles ainda não alcançaram justamente os lugares do planeta onde o aumento da produção se faz mais necessário.

Tudo parece fazer crer que a discussão em torno da questão alimentar ganha novos enfoques. Enquanto as críticas que cercam o prognóstico de uma explosão demográfica sem controle possuem espaço certo na mídia, a verdade é que mais e mais alimentos podem ser produzidos com eficiência e menos gastos. Existem tecnologia e capacidade efetivas para isso, como observa Simon. As ONGs porém não acreditam nisso e rebatem dizendo que depender de sistemas agrícolas tão instáveis e insustentáveis como os ditados pelo modelo de revolução verde aplicado pelos americanos e europeus significa levar o mundo para a mais absurda insegurança alimentar.

Muita água vai rolar. Para os países fora do circuito do desenvolvimento na mesa de negociação internacional, a carta escondida na manga é a consciência de

Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial

Nós, chefes de Estado e de governo, reafirmamos o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos sadios e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação apropriada e com o direito fundamental de ninguém padecer de fome.

Prometemos consagrar nossa vontade política e dedicação comum e nacional de conseguir segurança alimentar para todos, bem como realizar um esforço constante para erradicar a fome de todos os países, com o objetivo imediato de reduzir o número de pessoas desnutridas à metade do nível atual, no mais tardar até 2015.

Consideramos intolerável que mais de 800 milhões de pessoas de todo o mundo, em particular dos países em desenvolvimento, não disponham de alimentos para satisfazer suas necessidades nutricionais básicas. Esta situação é inaceitável.

Reafirmamos que um quadro social, político e econômico pacífico, estável e propício constitui a base fundamental que permitirá a segurança alimentar e a erradicação da pobreza. A democracia, a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, inclusive o direito ao desenvolvimento e participação plena e eqüitativa de homens e mulheres são indispensáveis para alcançar a segurança alimentar sustentável.

A pobreza é um fator importante no que diz respeito à segurança alimentar e ao progresso sustentável. A sua erradicação é fundamental para melhorar o acesso aos alimentos.

Os alimentos não deveriam ser utilizados como instrumento de pressão política e econômica. Reafirmamos a importância de cooperação e de solidariedade internacionais, assim como a necessidade de abster-se de aplicar medidas unilaterais, em dissonância com o direito internacional e com a Carta das Nações Unidas, que ponham em perigo a segurança alimentar.

Os signatários afirmam que estão convencidos de que diante do caráter polivalente da segurança alimentar se faz necessária uma ação nacional concentrada, junto com iniciativas internacionais eficazes para complementar e reforçar a ação nacional, e assumem os sete compromissos que se estabelecem no Plano de Ação, assegurando a vontade de adotar as medidas e prestar o apoio necessário para aplicar o Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre Alimentação.

Plano de Ação

Como meta, o Plano de Ação prevê um esforço contínuo para erradicar a fome de todos os países, com a finalidade imediata de reduzir no mais tardar até 2015 o número de pessoas desnutridas à metade do nível atual, e efetuar uma avaliação na metade do período com o fim de determinar se é possível alcançar essa meta para o ano 2010.

Para obter essa meta, o Plano estabelece sete compromissos de ação, com as medidas necessárias para ser posto em prática, que são:

Compromisso 1 — Garantir um quadro político, social e econômico propício, destinado a criar as melhores condições possíveis para a erradicação da pobreza e a paz duradoura, sobre a base de uma participação plena e eqüitativa das mulheres e dos homens, que favoreçam ao máximo a consecução de uma segurança alimentar sustentável para todos.

Compromisso 2 — Aplicar políticas que tenham como objetivo erradicar a pobreza, a desigualdade e melhorar o acesso físico e econômico das pessoas em todo momento a alimentos suficientes e nutricionalmente adequados.

Compromisso 3 — Adotar políticas e práticas participativas e sustentáveis de desenvolvimento alimentar, agrícola, pesqueiro, florestal e rural, em zonas de alto e baixo potencial, que são fundamentais para assegurar um nível suficiente e confiável de alimentos em plano familiar, regional, nacional e mundial e que combatam as pragas, doenças e desertificação.

Compromisso 4 — Assegurar que as políticas de comércio alimentar, agrícola e de comércio em geral contribuam para fomentar a segurança alimentar para todos, através de um sistema de comércio mundial leal e orientado para o mercado.

Compromisso 5 — Prevenir e estar preparado para enfrentar catástrofes naturais e emergências de origem humana, e atender às necessidades transitórias e urgentes de alimentos, de maneira que se fomentem a recuperação, a reabilitação, o desenvolvimento e a capacidade para satisfazer as necessidades futuras.

Compromisso 6 — Promover a utilização ótima das inversões públicas para impulsionar os recursos humanos, os sistemas alimentares, agrícolas, pesqueiros e florestais sustentáveis e o desenvolvimento rural em zonas de alto e baixo potencial.

Compromisso 7 — Aplicar, vigiar e dar seguimento a este Plano de Ação em todos os níveis, em cooperação com a comunidade internacional.

que a agricultura dos EUA e da Europa se sustenta com base em pesados subsídios de quase 40% do valor da produção. Os dois blocos agem rapidamente e preparam-se para a adaptação às regras da OMC — Organização Mundial do Comércio — com a perspectiva de substituir barreiras tarifárias e subsídios a preços por formas indiretas de compensação aos produtores e restrições sanitárias.

As ONGs defendem o direito de cada país adotar as políticas necessárias para garantir o nível de auto-suficiência alimentar que julgue necessária sem sofrer retaliações da OMC ou dos países ricos. Elas afirmam que a alimentação é um direito humano básico e que todos devem ter acesso a qualquer momento a uma dieta equilibrada com alimentos de boa qualidade e em quantidade suficiente. Em outras palavras, considera-se que os alimentos são produtos demasiado importantes para a vida humana para serem considerados como simples commodities e ficarem sujeitos aos desígnios do mercado.

Diante das duas correntes em discussão — a da Cúpula e a das ONGs — a delegação brasileira terá de encontrar a linha estratégica de raciocínio para debater e impor as condições que melhor satisfaçam as necessidades do país. A principal delas é encontrar coerência que lhe permita defender o livre mercado, como fez na Cúpula, para depois ser contrária à posição norte-americana, por exemplo, de vetar a idéia dos alimentos com direito humano.

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

MILHO

Em busca do equilíbrio

A política agrícola aplicada ao milho no Brasil vem sendo submetida a uma série de marchas e contramarchas desde 1994. Revezando medidas de estímulo e de desestímulo a esta cultura, as autoridades parecem preocupadas em encontrar-lhe um ponto de equilíbrio sintonizado com o ritmo da avicultura de corte, preocupação que vem aumentando à medida que a carne de aves ocupa maior espaço no abastecimento de proteínas animais no país.

No ano-safra 1994/95, a área cultivada com o milho — 14,1 milhões de hectares — e a conseqüente produção recorde de 36,3 milhões de toneladas foram a resposta dos produtores ao estímulo ao plantio sinalizado pelo preço mínimo de R$6,32/60kg, considerado atraente. Com isso, o governo procurava garantir a oferta abundante do cereal, cuja importância crescia à medida que aumentava o consumo de carne avícola desde o início do Plano Real.

A conseqüente queda dos preços do grão ao longo de 1995 e a formação de grande estoque de passagem — elementos que, por si só, representavam considerável desestímulo aos agricultores — foram, já na temporada seguinte, reforçadas pela decisão governamental de desvalorizar nominalmente o novo preço mínimo em 5%. À época, essa diminuição foi justificada como uma correção, pelo fato de o preço mínimo da safra 1994/95 ter-se sobrevalorizado, uma vez que não se concretizara a esperada paridade entre a nova moeda e o dólar.

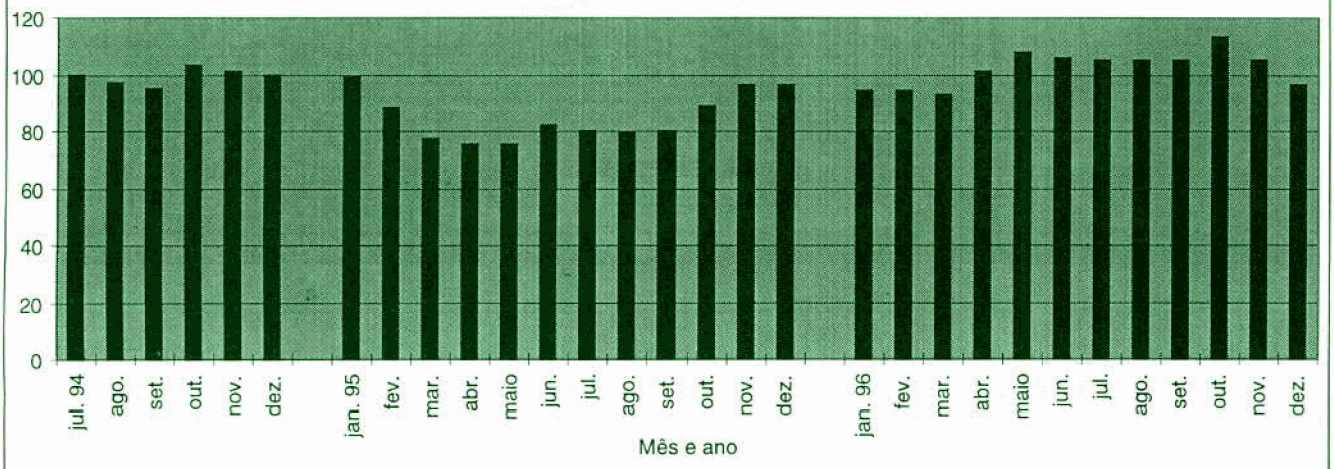
Essa manobra das autoridades obviamente reforçou a fria reação dos agricultores ao plantio da nova safra. A área cultivada em 1995/96 foi 6% menor do que a da safra anterior no Centro-Sul do país, região tradicionalmente responsável por cerca de 90% da produção da primeira e segunda safras. Com a posterior quebra localizada das safras gaúcha e catarinense devido a problemas climáticos, a colheita da primeira safra terminou sendo 14% menor do que a precedente, gerando um verdadeiro furor nas cotações do produto já no segundo trimestre do ano.

Receoso de que pudesse haver um efeito em cascata junto ao setor de rações e inseguro quanto ao eventual repasse que o segmento avícola pudesse forçar nos preços da carne, o governo novamente alterou a rota da política para o milho, colocando em prática um intenso programa de distribuição de estoques de milho no final do primeiro semestre do ano.

No entanto, como o volume do cereal estocado havia sido subestimado, e a demanda desaquecia-se à medida que a avicultura vinha freando seu crescimento mais fortemente do que se a julgava capaz, o efeito

Milho — Paraná

Índices de preços reais recebidos pelos produtores*
(julho 1994 = 100)



Fontes: IBRE/CEA e *Conjuntura Econômica*.
* Para dezembro de 1996.

dos leilões sobre as cotações acabou sendo muito mais depressivo do que se pudera antecipar. Enquanto a oferta total do milho ao longo de 1996 provou ser mais do que suficiente para suprir a demanda, a tendência prévia de aumento em seus preços não só se reverteu como não se concretizou, mesmo durante a entressafra, frustrando todos os agentes envolvidos na venda do produto.

Com a aproximação do plantio para a temporada 1996/97, o governo se viu numa encruzilhada, pois, se desejava continuar controlando os preços via leilões, também sabia que as conseqüências dessa política sobre a nova semeadura poderiam ser desastrosas. A solução veio num *mix* de instrumentos, mesclando a continuação dos leilões a duas iniciativas de claro favorecimento ao plantio — o aumento para R$6,70/60kg do preço mínimo no Centro-Sul (à exceção do estado de Mato Grosso) e a inclusão do milho no rol dos produtos cujo custeio poderia ser financiado em até R$150 mil por agricultor.

Em última instância, esse *stop and go* nas decisões de política agrícola aplicadas ao milho deve ser visto como uma tentativa de se conjugarem dois fatores aparentemente incompatíveis: um renovado interesse pelo cultivo a cada nova temporada e a manutenção dos preços dentro de limites convenientes para a demanda e para o cálculo dos índices inflacionários.

Essa suspeita pareceu se confirmar quando, ao final do último mês de janeiro, as condições meteorológicas muito boas registradas no Centro-Sul desde a última semeadura faziam prever rendimento físico elevado o suficiente para facultar colheita 7% maior do que um ano antes. Com isso, especulava-se no Paraná que o preço do produto novo viesse a ser próximo de R$5,00/saca, ou seja, 25% inferior ao preço mínimo e 30% menor do que a média recebida no trimestre março-maio do ano passado.

Ao final daquele mesmo mês, o governo surpreendeu agradavelmente o mercado ao antecipar as regras para a comercialização da safra em curso. Previstas para valer já a partir de fevereiro, essas deliberações incluem a antecipação, de outubro para abril próximo, da liquidação dos contratos de securitização, com a possibilidade de o pagamento ser escalonado nos meses de junho, agosto e outubro. Além disso, foi confirmada a disponibilização dos contratos de opção para o cereal em substituição aos tradicionais EGFs, além de ter sido criada linha de EGF para os produtores de sementes.

Se o objetivo primário das autoridades foi esvaziar a perspectiva de preços muito baixos para a próxima colheita e dar maior tranqüilidade aos produtores quanto aos resultados das vendas, por tabela também desmontaram as expectativas de alguns agentes desse mercado, quanto à possibilidade de eventuais gargalos no escoamento interno e/ou insatisfação quanto aos preços recebidos virem a estimular as exportações.

Essa atitude repercutiu favoravelmente no meio agrícola, pois deixou claro que existe a preocupação de tranqüilizar tanto vendedores quanto compradores na comercialização do milho novo, no que tange a preços e disponibilidade. Resta saber até que ponto a real implementação das medidas conseguirá corresponder aos planos teóricos.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Mercado sensível

Em janeiro, a anunciada redução da estimativa da safra norte-americana de soja pelo USDA — embora em apenas 1% — foi suficiente para trazer novo alento ao mercado, mesmo sendo esperada, em 1996/97, uma produção mundial aproximadamente 10% maior que a de 1995/96. A pequena diminuição na safra repercutiu em razão de o balanço internacional de oferta e demanda permanecer apertado.

Os estoques finais mundiais deste ano-safra serão os mais baixos em vários anos, havendo a expectativa de alguma turbulência causada por fatores extramercado. Em fevereiro, por exemplo, o anúncio, ou confirmação do agravamento do estado de saúde do primeiro mandatário chinês, Deng Xiaoping, provocou maior ansiedade na Bolsa de Chicago. A notícia de sua morte imediatamente acarretou um abalo nas cotações, pois o atual encaminhamento do modelo chinês, de *liberalismo vigiado* na economia e autoritarismo político, traz grandes dúvidas quanto ao que acontecerá no futuro.

Dias após o falecimento do líder, rumores de que a China já estaria cancelando compras de farelo de soja na América do Sul levaram ao pronto recuo dos preços. Mesmo sem confirmação, tão-somente pela aparente ratificação dos temores de menores importações sob o novo governo, os agentes ligados à Bolsa foram altamente sensibilizados.

Houve alguma recuperação posterior e, no caso do farelo, não tão diretamente envolvido no sentimento baixista provocado episodicamente pelo aumento da oferta sul-americana do grão, logo se passou a esperar maior alta das cotações internacionais (embora os futuros continuassem apontando para um cenário baixista) em razão do substancial incremento de 25% no total do rebanho bovino confinado nos EUA.

No que se refere à safra brasileira, as chuvas fortes de fevereiro, nos estados da região Sul, atrasaram a colheita em várias zonas de produção. Na última semana do mês, no Rio Grande do Sul, segundo dados da Emater/RS, só tinha sido colhido 1% da safra, cuja área permanecia estimada em mais 5,3% relativamente ao ano passado. A produção esperada gira em torno de 5,68 milhões de toneladas.

De acordo com a mesma fonte, as chuvas melhoraram significativamente a situação das lavouras e o que foi colhido, na região das Missões, fronteira com a Argentina, tem apresentado boa qualidade. Os preços melhoraram no estado, passando de R$14,98/60kg, no início do mês, para R$15,18/60kg na última semana de fevereiro.

No Paraná, de acordo com os dados do levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura, até o dia 13 de fevereiro, ainda não se tinha atingido 1% da colheita, que se concentrava na região de Maringá.

Também se registravam chuvas intensas no estado, mas o que se colheu confirmou a expectativa da obtenção de rendimento físico médio de 2.600kg/ha.

Conforme citado anteriormente, os estoques finais mundiais baixos desta safra, se não garantem um ano

Soja em grão — balanço mundial de oferta e demanda
1990/91 a 1996/97 — em milhões de toneladas

Ano-safra	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final
1990/91	103,8	26,1	25,1	105,0	20,2
1991/92	107,1	29,2	28,5	109,9	18,4
1992/93	117,3	28,7	29,8	116,0	20,2
1993/94	117,5	28,4	28,0	120,9	17,2
1994/95	137,5	32,7	32,2	132,1	24,5
1995/96	124,9	32,3	31,8	111,6	17,9
1996/97	132,0	32,4	32,7	113,0	16,1

Fonte: USDA.

brilhante, pelo menos tornam-no atrativo (até que as reservas internacionais se recuperem). De fato, o mês de março de 1995 registrou, em Chicago, cotações para a soja em grão de US$209,64/t; um ano depois, o valor passou a US$265,83/t e,este ano, está em US$257,11/t.

Considerando que a presente safra brasileira é praticamente do mesmo tamanho daquela que foi o recorde histórico de produção (1994/95), vê-se que a receita do complexo da soja tende a ser favorável, contribuindo também para este quadro a desoneração do ICMS nas exportações.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

UVA

A melhor safra em muitos anos

A estiagem que, por várias semanas, preocupou os agricultores de várias regiões do Rio Grande do Sul, chegando a repercutir sobre os preços das commodities, na Bolsa de Chicago, teve bons efeitos sobre a produção de uva. Tendo passado por um inverno sem maiores problemas, os parreirais beneficiaram-se da maior secura do ar, para a formação de cachos com elevado teor de açúcar.

A atual safra vem sendo considerada por muitos como a melhor da década. Segundo o Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho (CNPUV) da Embrapa, sediado em Bento Gonçalves, até o início de fevereiro, a situação da colheita podia ser tida como excepcional. Choveu durante o mês, mas não havia mais condições para maior interferência na qualidade. O CNPUV registrou que as uvas brancas, precoces, foram muito bem e, na região por ele coberta, estavam-se obtendo 18° e 19° Brix (medida da concentração de sólidos solúveis). As uvas tintas, colhidas a partir de meados de fevereiro (Cabernet e Merlot) também devem ter bom desempenho qualitativo.

As uvas são classificadas em comuns, viníferas especiais e viníferas nobres, pela Portaria nº 270, do Ministério da Agricultura, de 1988, e recebem preços crescentes, em função de seu teor glucométrico, entre 14° e 20° Brix.

A respeito dos preços, porém, houve dificuldades na negociação desta safra. As indústrias foram pressionadas em seu próprio mercado consumidor pela concorrência dos importados e alegaram não poder aumentar o preço.

Algumas indústrias imaginam, no entanto, que os vinhos importados poderão ter um papel positivo, atraindo novos consumidores que depois optarão por vinhos diferentes (em relação aos famosos vinhos de casco azul, os consumidores poderiam, então, *evoluir* para os melhores vinhos brasileiros). Aliás, segundo a União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra) embora o consumo tenha melhorado em 1996, ainda não recuperou o nível atingido em 1993 (ver tabela abaixo). Destaque-se que a portaria promulgada no ano passado para regulamentar o controle das importações completou seu primeiro aniversário sem efeitos práticos. Tem ocorrido, espontaneamente, no país, diminuição do consumo dos vinhos de variedades comuns e aumento dos de variedades nobres. Como o consumo médio do brasileiro ainda patina em ridículos 2 litros *per capita* anuais (na Argentina são 45 litros, mesmo com o aumento do consumo de cerveja), há bastante espaço a percorrer.

Vinho e derivados

Comercialização dos vinhos elaborados no Rio Grande do Sul 1985 a 1996 — em mil litros

Ano	Litros
1985	263.900.753
1986	295.806.095
1987	207.801.105
1988	230.240.445
1989	259.649.893
1990	293.802.043
1991	265.369.282
1992	252.635.444
1993	292.308.687
1994	256.886.047
1995	227.832.126
1996	256.899.878

Fonte: União Brasileira de Vitivinicultura.

Brasil — produção de uva
1987 a 1996 — em toneladas

UF	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
RS	351.400	541.766	471.571	538.705	396.318	505.462	489.464	479.034	479.619	367.926
SP	107.243	99.359	105.951	126.224	122.810	123.657	119.610	134.680	137.160	149.400
BA	5.148	5.523	15.933	14.308	20.048	45.648	54.378	56.328	59.326	67.391
PE	11.180	9.049	10.764	14.483	17.163	18.510	26.475	30.821	56.672	48.338
PR	24.600	30.224	34.855	36.000	38.087	41.186	42.600	41.916	43.966	44.250
SC	60.000	77.781	68.816	70.805	44.157	56.630	60.690	53.679	39.660	39.675
MG	5.617	7.386	7.464	3.183	8.290	7.707	5.666	8.782	8.956	8.956
CE	7	7	607	609	565	594	-	-	-	-
PB	211	211	210	210	360	360	-	-	-	-
RN	4	32	32	60	56	156	-	-	-	-
ES	407	365	327	172	172	141	-	-	-	-
RJ	213	5	5	-	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	15	15	-	5	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	36	-	-	-	-
Brasil	566.030	771.708	716.550	804.774	648.026	800.112	798.883	805.240	825.359	725.936

Fonte: IBGE.

Brasil e Rio Grande do Sul — área colhida de uva
1987 a 1996 — em hectares

Região	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Brasil	58.807	58.330	59.171	58.663	58.913	59.888	60.071	59.488	60.591	59.722
RS	39.852	39.839	40.436	40.027	40.018	39.634	38.924	38.672	38.008	37.239

Fonte: IBGE.

Para a fixação do preço foram necessárias quatro reuniões da Câmara Setorial da Uva e do Vinho. O preço anterior, de R$0,15/kg, vigorou durante um ano, e os sindicatos de trabalhadores rurais reivindicaram o preço de R$0,18/kg.

Os produtores, na prática, não são remunerados pelo preço mínimo de R$0,15/kg. Ele vigora para as uvas comuns e de pouca qualidade. No caso das viníferas, se tiverem boa graduação glucométrica, renderão muito mais.

A última reunião da Comissão definiu a correção do preço mínimo, que passou a R$0,17/kg, o que ocorreu quando o governo gaúcho pressionou, lembrando que o setor industrial da atividade goza de favorecimentos fiscais. De fato, o governo estadual mantém o Programa de Reestruturação Industrial (Prin), incentivador da vitivinicultura, que devolve até 45% do ICMS recolhido.

A safra gaúcha vem sendo esperada na faixa das 360 mil toneladas, semelhante à do ano passado. A tabela de cima apresenta a evolução da produção pelos estados onde se pode observar a retração de anos recentes no Rio Grande do Sul, acompanhada de rápido crescimento na Bahia e em Pernambuco, cujas lavouras irrigadas atingem rendimentos físicos elevados.

Em termos de área colhida, a tabela de baixo mostra que ela se alterou pouco no país, mas os parreirais gaúchos perderam participação, em razão do processo de reconversão de atividades agrícolas deslanchado com a constituição do Mercosul. Representavam 68% da

área colhida total, em 1987, chegaram a 65% em 1993, 63% em 1995 e 62% em 1996.

Uma safra do porte esperado resultará em até 60 milhões de litros de vinhos finos, que poderão, pelas características do clima sobre as plantações, superar a qualidade obtida nas melhores safras anteriores, as de 1986 e 1991. Os vinhos finos deverão ser feitos a partir de 80 mil toneladas de uva e o suco concentrado demandará outras 70 mil.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

INDICADOR DO MILHO — FGV-BM&F

Atrelado às rações

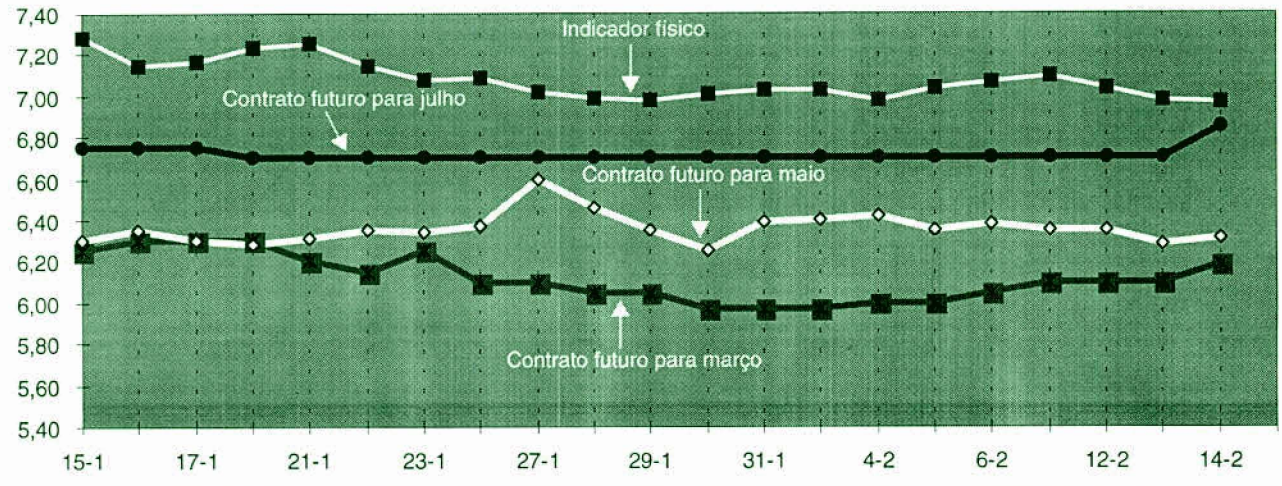
Passando-se os olhos pelo gráfico do indicador físico e dos contratos futuros do milho para março e maio, o que chama a atenção é o fato de as cotações para estes dois meses apresentarem valores inferiores ao preço mínimo de R$6,70/60kg definido para a safra 1996/97. A explicação pode estar no setor de rações para a avicultura de corte, onde a demanda se concentra.

A justificativa clássica para a queda das cotações seria uma perspectiva que se encaixa perfeitamente no contexto de plena colheita do produto novo, que tradicionalmente se concentra neste trimestre. Os preços porém não parecem combinar com o atual panorama do abastecimento do grão ao longo desta temporada.

Na avaliação de dezembro último realizada pela Conab a respeito da oferta e da demanda de milho para 1996/97, a produção deverá chegar a 34,4 milhões de toneladas (90% dos quais obtidos na primeira safra). Com a soma da colheita ao estoque inicial, a oferta seria 1,5 milhão de toneladas maior do que o consumo projetado, de 37,1 milhões. Daí que seriam necessárias importações de 1,5 milhão de toneladas para que o estoque final chegasse a praticamente 3 milhões, ou o equivalente a apenas um mês de consumo comercial.

Ora, estes números não são exatamente representativos de um nível de oferta tão frouxa que justifique remuneração nos patamares indicados pelo mercado futuro. Olhando mais à frente, vê-se que, embora os contratos futuros para julho estejam acima dos dois anteriores, ainda assim eles registram uma forte resistência

Indicador do milho físico FGV/BM&F e os contratos futuros do milho BM&F — 1997



a se descolarem do preço mínimo. Essa firme adesão viria de uma incerteza dos agentes quanto aos rumos que o mercado deverá tomar àquela época?

A resposta a esta pergunta deve residir do lado da demanda do grão, ou seja, de como se comportará ela no curto e médio prazos e quais as conseqüências que daí advirão sobre as cotações. E, dado que esta demanda se concentra no setor de rações para a avicultura de corte — consumidora de 50% da produção total de rações industriais —, é necessário analisar o comportamento desta última para entender como deverá se desenrolar o consumo de milho na temporada.

Após a estabilidade observada em sua produção de 1996, diante dos 4,2 milhões de toneladas obtidos em 1995, a avicultura brasileira deixou claro ter aprendido que sua sobrevivência depende da sintonia muito fina entre sua oferta, a oferta de outras carnes e a tendência do consumo de proteínas animais. Portanto, ao se voltarem ao mercado do seu principal insumo — o milho —, os avicultores têm cada vez mais desenvolvido a capacidade de imporem seus preços de aquisição de acordo com o preço final da ave pronta para abate compatível com aqueles três fatores.

Para 1997, a previsão da Associação Paulista de Avicultura é de que a produção da carne cresça 3,5% sobre a do ano passado. No entanto, até o momento os criadores mantêm-se na defensiva, já que a estabilidade da produção em 1996 não foi suficiente para lhes garantir os preços desejados. Isso sugere que uma eventual reversão daquele percentual para um patamar inferior não pode ser descartada.

Em outras palavras, como ainda não se dispõe de suficientes elementos perspectivos da demanda para poder traçar os determinantes da comercialização do cereal, isto vem-se refletindo nos preços futuros do milho para março e maio. Vale lembrar também que, como hoje ainda é totalmente impossível definir a tendência do plantio da safrinha, este fato vem atuando como coadjuvante na preferência do mercado em usar o preço mínimo como referência para o mercado futuro em julho, mês de intervalo entre a primeira e a segunda safras.

IRENE RAGUENET TROCCOLI
EDGAR COSTA FILHO
ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

CAFÉ

Indicador de competitividade
Café brasileiro exporta menos

No decorrer de janeiro, a competitividade do arábica brasileiro continuou a apresentar uma deterioração, conforme revelado pelo movimento do indicador de competitividade, de 0,827 para 0,961.
Se utilizarmos a estimativa de participação do café arábica brasileiro no total das exportações mundiais de acordo com a fórmula[1] $P = 13.557^{C\ -0,841}$ *e utilizarmos para o indicador de competitividade o valor médio de janeiro (0,917), teremos uma participação de aproximadamente apenas 14,5% do mercado mundial.*

Com essa participação, e considerando uma exportação mundial de café para 1997 em 74 milhões de sacas, a exportação brasileira de café arábica seria da ordem de 11 milhões de sacas. Essa quantidade, apesar de mínima em relação à participação histórica brasileira, é compatível com as atuais estimativas do mercado para a safra 1997/98.

Data	Indicador 'B'	Indicador 'W'	Indicador 'R'	Indicador de competitividade
3-1	111,25	121,79	60,77	0,827
6-1	110,25	119,88	59,75	0,840
7-1	116,25	124,63	60,50	0,869
8-1	116,00	124,89	63,51	0,855
9-1	117,75	124,71	64,44	0,885
10-1	118,00	124,93	64,51	0,885
13-1	117,50	124,13	63,12	0,891
14-1	122,75	127,83	63,63	0,921
15-1	124,00	128,18	63,97	0,935
16-1	124,50	128,90	64,52	0,932
17-1	125,50	130,02	65,71	0,930
20-1	130,00	134,36	66,80	0,935
21-1	130,00	135,06	70,04	0,922
22-1	136,25	140,29	74,13	0,939
23-1	142,00	144,83	75,28	0,959
24-1	139,00	141,94	73,51	0,957
27-1	139,00	141,53	71,46	0,964
28-1	140,50	144,30	70,87	0,948
29-1	145,00	148,82	74,86	0,948
30-1	142,00	145,53	73,30	0,951
31-1	141,00	143,77	72,36	0,961
Média	128,02	133,35	67,48	0,917

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC).
Indicador 'B' — Indicador Brasil e outros arábicas; indicador 'W' — Indicador médio outros suaves; Indicador 'R' — Indicador médio robustas.

LUIZ O. ARARIPE
MANOEL A. C. LAGO

[1] Ver *Agroanalysis*, *17*(2):25. A fórmula é a expressão representativa da curva utilizada no artigo. Na fórmula P = participação do café arábica brasileiro nas exportações mundiais e C = indicador de competitividade.

Algodão em destaque

Em janeiro, o IGP-DI registrou variação de 1,58% em relação ao mês anterior, ao passo que o índice FGV/Abag registrou variação de 3,42%. Os itens derivados do IPA-DI tiveram variação de 2,61%, enquanto que os itens do IPC-BR variaram 0,81%.

Em termos de produtos individuais, as matérias-primas brutas variaram 0,52% e a alimentação variou 2,09%.

Os itens de maior influência sobre o índice FGV/Iabag foram: algodão arbóreo (40,28%), café em coco (16,36%) no atacado; enquanto que no varejo destacam-se as hortaliças (9,54%), as frutas (8,04%) e o pescado (7,28%).

Os de menor influência foram: soja (-5,66%) e o cacau (-3,96%) no atacado; enquanto que no varejo o item arroz e feijão teve uma queda de 0,34% e o item óleos e gorduras queda de 0,004%.

A queda da soja deve-se ao fato de que os grandes compradores estão esperando a nova safra, onde existe uma expectativa de que esta seja recorde, bem como a queda do preço do produto no mercado internacional.

No caso do arroz, a pequena queda ocorreu por causa das importações, da expectativa da entrada da nova safra e porque o mercado está bastante calmo.

Já a alta do café ocorreu devido à escassez no mercado externo, à expectativa de quebra da nova safra e ao fato de os países tipicamente consumidores estarem com seus estoques muito reduzidos.

Estrutura

O índice FGV/Abag vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado — disponibilidade interna (IPA-DI) — e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI, classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

A ponderação, ou seja, a importância relativa de cada componente do índice FGV/Abag, assim como sua influência no mesmo, que resulta da conjugação do peso e da variação de preço ocorrida no mês, constam da tabela.

Índice FGV/Abag — últimos resultados

	Índice FGV/Abag total	Itens do IPA-DI	Alimentação	Matéria-prima bruta	Itens do IPC-BR	Alimentação	Gêneros alimentícios	Bebidas alcoólicas e fumo
Agosto 1996	-0,89	-0,88	-1,67	-0,36	-0,91	-0,96	-1,31	-0,41
Set.	-0,12	0,62	-2,23	2,48	-1,67	-1,81	-2,19	-0,17
Out.	0,18	0,32	-1,45	1,46	-0,12	-0,15	-0,16	0,18
Nov.	-0,09	-0,07	1,83	-1,28	-0,15	-0,22	-0,35	0,63
Dez.	0,48	0,81	2,45	-0,25	-0,24	-0,23	-0,24	-0,30
Janeiro 1997	3,42	2,61	2,09	0,52	0,81	0,77	0,74	0,04
Acum. 1996	10,20	14,26	18,21	11,39	2,17	1,61	0,98	8,03
Acum. 1997	13,97	17,24	20,68	11,97	3,00	2,39	1,73	8,08

Índice da Associação Brasileira de Agribusiness — Iabag

Janeiro de 1997

Discriminação	Iabag			Influência %
	Ponderação	Variação %	No Iabag	No IGP
Total do mês	100,000	3,421	100,00	67,72
Itens do IPA-DI	67,893	3,840	76,20	51,60
Alimentação	27,053	7,727	61,11	41,38
Matérias-primas brutas	40,840	1,264	15,09	10,22
Itens do IPC-BR	32,107	2,535	23,80	16,11
Alimentação	29,155	2,641	22,51	15,24
Gêneros alimentícios	24,857	2,978	21,64	14,65
Alimentação fora	4,298	0,695	0,87	0,59
Bebidas alcoólicas e fumo	2,952	1,491	1,29	0,87

EDGAR VIEIRA DA COSTA FILHO
RAKEL LIMA DOS SANTOS

Índice FGV/Abag — últimos resultados

Discriminação	Iabag		IGP	
	Influência	Influência %	Influência	Influência %
Total do mês	3,42	100,00	1,07	67,72
Itens do IPA-DI	2,61	76,20	0,81	51,60
Alimentação	2,09	61,11	0,65	41,38
Matérias-primas brutas	0,52	15,09	0,16	10,22
Algodão arbóreo	0,06	1,70	0,02	1,15
Algodão herbáceo	-0,02	-0,69	-0,01	-0,47
Amendoim	0,00	-0,04	0,00	-0,03
Arroz em casca	0,08	2,29	0,02	1,55
Aves	0,05	1,34	0,01	0,91
Babaçu	0,00	0,00	0,00	0,00
Borracha hévea	0,00	0,00	0,00	0,00
Bovinos	0,12	3,40	0,04	2,30
Cacau	-0,04	-1,02	-0,01	-0,69
Café em coco	0,42	12,42	0,13	8,41
Cana-de-açúcar	0,02	0,57	0,01	0,39
Cevada	0,00	0,00	0,00	0,00
Erva-mate (bruta)	0,00	-0,03	0,00	-0,02
Fumo em folha	0,00	-0,03	0,00	-0,02
Juta	0,00	0,00	0,00	0,00
Leite *in natura*	-0,04	-1,12	-0,01	-0,76
Malva	0,00	0,03	0,00	0,02
Soja	-0,19	-5,45	-0,06	-3,69
Suínos	-0,06	-1,66	-0,02	-1,13
Trigo	0,12	3,37	0,04	2,28
Itens do IPC-BR	0,81	23,80	0,25	16,11
Alimentação	0,77	22,51	0,24	15,24
Gêneros alimentícios	0,74	21,64	0,23	14,65
Adoçantes	0,02	0,66	0,01	0,45
Arroz e feijão	0,00	-0,11	0,00	-0,08
Aves e ovos	0,00	0,05	0,00	0,03
Bebidas não-alcoólicas	0,04	1,26	0,01	0,86
Carne bovina	0,02	0,59	0,01	0,40
Carne suína	0,00	0,01	0,00	0,01
Carnes e peixes industriais	0,04	1,14	0,01	0,77
Condimentos	0,01	0,16	0,00	0,11
Doces e chocolates	0,02	0,45	0,00	0,30
Frutas	0,20	5,83	0,06	3,95
Hortaliças	0,32	9,28	0,10	6,29
Laticínios	0,01	0,19	0,00	0,13
Massas e farinhas	0,00	0,06	0,00	0,04
Óleos e gorduras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gêneros alimentícios	0,00	0,09	0,00	0,06
Panificados	0,00	0,04	0,00	0,02
Pescado	0,06	1,78	0,02	1,21
Enlatados e conservas	0,01	0,16	0,00	0,11
Alimentação fora	0,03	0,87	0,01	0,59
Bebidas alcoólicas e fumo	0,04	1,29	0,01	0,87

Índice FGV/Abag — últimos resultados

Discriminação	Ponderação		Iabag	
	Índice	IGP-DI	Ponderação	Variação %
Total do mês		31,232	100,000	3,421
Itens do IPA-DI	38,649	21,205	67,893	3,840
Alimentação	15,400	8,449	27,053	7,727
Matérias-primas brutas	23,249	12,755	40,840	1,264
Algodão arbóreo	0,082	0,045	0,145	40,287
Algodão herbáceo	0,758	0,416	1,331	-1,778
Amendoim	0,052	0,028	0,091	-1,417
Arroz em casca	1,803	0,989	3,167	2,476
Aves	1,273	0,699	2,237	2,056
Babaçu	0,053	0,029	0,093	0,000
Borracha hévea	0,111	0,061	0,195	0,000
Bovinos	5,694	3,124	10,002	1,162
Cacau	0,503	0,276	0,884	-3,965
Café em coco	1,478	0,811	2,596	16,365
Cana-de-açúcar	3,213	1,763	5,644	0,346
Cevada	0,069	0,038	0,121	0,019
Erva-mate (bruta)	0,031	0,017	0,055	-1,680
Fumo em folha	0,392	0,215	0,688	-0,126
Juta	0,019	0,010	0,032	0,000
Leite *in natura*	2,589	1,420	4,548	-0,840
Malva	0,029	0,016	0,052	1,961
Soja	1,874	1,028	3,291	-5,660
Suínos	1,136	0,623	1,995	-2,854
Trigo	2,091	1,147	3,673	3,139
Itens do IPC-BR	29,497	10,028	32,107	2,535
Alimentação	26,785	9,106	29,155	2,641
Gêneros alimentícios	22,837	7,763	24,857	2,978
Adoçantes	0,414	0,141	0,451	5,007
Arroz e feijão	1,023	0,348	1,113	-0,341
Aves e ovos	1,175	0,399	1,279	0,122
Bebidas não-alcoólicas	1,244	0,423	1,354	3,192
Carne bovina	2,021	0,687	2,200	0,925
Carne suína	0,115	0,039	0,125	0,402
Carnes e peixes industriais	1,132	0,385	1,232	3,156
Condimentos	0,784	0,267	0,854	0,648
Doces e chocolates	0,534	0,182	0,582	2,648
Frutas	2,277	0,774	2,478	8,043
Hortaliças	3,058	1,040	3,329	9,541
Laticínios	3,146	1,070	3,425	0,185
Massas e farinhas	0,800	0,272	0,870	0,248
Óleos e gorduras	0,739	0,251	0,804	0,004
Outros gêneros alimentícios	0,210	0,071	0,229	1,275
Panificados	2,955	1,005	3,216	0,038
Pescado	0,769	0,261	0,837	7,287
Enlatados e conservas	0,441	0,150	0,480	1,135
Alimentação fora	3,948	1,342	4,298	0,695
Bebidas alcoólicas e fumo	2,712	0,922	2,952	1,491

Safra de 1997: primeiros resultados

O IBGE divulgou em fevereiro os primeiros números relativos a área e a produção das lavouras em 1997. As novidades são poucas, e se confirmam as expectativas geradas pelos levantamentos de intenção de plantio.

A área de lavouras permanece praticamente estável e o aumento da produção será causado pelo aumento do rendimento físico das lavouras. É conveniente recordar que no ano passado a produção obtida foi prejudicada não só pela retração da área plantada mas por problemas climáticos que resultaram em redução da produtividade das lavouras.

Se é animador verificar que esta se recuperou, isso não deixa de causar um certo sobressalto. Daqui até o fim da colheita da safra de verão talvez ocorram alterações climáticas que podem vir a alterar as estimativas aqui apresentadas.

Se tudo correr como se deseja, e se se confirmarem as hipótese do IBGE quanto à safra nordestina (ainda em fase de intenção de plantio) e aos cereais de inverno, seria possível esperar uma colheita de cereais, leguminosas e oleaginosas de cerca de 74 milhões de toneladas, superior em quase 5% à colhida em 1996, mas ainda inferior à de 79 milhões de toneladas obtida em 1995.

O maior empecilho para que se concretizem os números previstos está na decepção sofrida pelos triticultores que, em 1996, expandiram em 84% a área destinada à lavoura estimulados pelos preços em alta. Quando chegou o momento da colheita, os preços já eram substancialmente inferiores (ver gráfico nas Estatísticas Agropecuárias).

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Estimativa da área a ser plantada na região Centro-Sul e em Rondônia e da produção esperada

Safra 1996/97

Cultura	1996		1997	Variação percentual		Produção		
	Plantada (a)	Colhida (b)	Plantada ou a plantar (c)	c/a	c/b	Obtida safra 96	Esperada safra 96	Variação %
Algodão herbáceo[1]	557,86	557,31	386,53	-30,71	-30,64	893,54	673,93	-24,58
Amendoim	58,58	58,55	59,09	0,87	0,93	125,91	116,53	-7,45
Arroz (em casca)	2.378,34	2.347,33	2.099,68	-11,72	-10,55	7.463,78	6.884,72	-7,76
Batata-inglesa[2]	109,92	109,51	106,32	-3,28	-2,92	1.518,96	1.605,39	5,69
Cana-de-açúcar	3.615,68	3.599,34	3.623,37	0,21	0,67	264.577,39	267.870,00	1,24
Cebola	64,64	64,05	61,04	-5,56	-4,70	794,32	783,10	-1,41
Feijão (em grão)[2]	1.258,41	1.206,57	1.166,71	-7,29	-3,30	844,68	945,57	11,94
Fumo	261,16	258,90	294,31	12,70	13,68	430,02	533,74	24,12
Mamona	1,76	1,76	1,76	0,00	0,00	1,88	2,08	10,86
Mandioca	516,42	511,02	547,55	6,03	7,15	8.783,97	9.659,67	9,97
Milho (em grão)[2]	8.554,64	8.331,01	8.411,11	-1,68	0,96	25.146,85	26.920,11	7,05
Soja (em grão)[3]	10.208,03	10.196,48	10.417,77	2,05	2,17	22.301,07	24.185,32	8,45
Tomate	39,53	39,44	40,09	1,42	1,64	1.960,01	1.979,22	0,98
Total	27.624,96	27.281,28	27.215,34	-1,06	0,19			

Fonte: IBGE, LSPA. *Prognóstico da produção agrícola para 1997 na região Centro-Sul e Rondônia* — situação em dezembro de 1996.
[1] Em caroço.
[2] 1ª safra.
[3] Não inclui a safrinha de Mato Grosso do Sul.

Brasil — produção e área colhida de lavouras selecionadas

Discriminação	Produção					Área colhida				
	1992	1993	1994	1995	1996	1992	1993	1994	1995	1996
Abacaxi	826	835	974	914	1.048	37	40	44	42	47
Algodão em caroço	1.885	1.135	1.363	1.451	1.027	1.878	1.060	1.181	1.192	865
arbóreo	22	8	17	10	7	284	137	121	88	55
herbáceo	1.863	1.127	1.346	1.441	1.020	1.594	923	1.060	1.104	810
Alho	79	87	84	59	58	17	17	18	13	12
Amendoim em casca	172	152	159	169	154	101	86	91	93	80
Arroz em casca	10.006	10.108	10.499	11.226	10.035	4.687	4.411	4.415	4.376	3.923
Aveia em grão	297	263	257	177	197	284	268	276	161	147
Banana	562	558	572	568	569	516	520	515	514	519
Batata-inglesa	2.432	2.368	2.335	2.677	2.699	173	162	165	176	188
Cacau	329	341	330	296	256	731	734	698	738	688
Café em coco	2.589	2.558	2.613	1.858	2.581	2.500	2.259	2.096	1.868	1.984
Cana-de-açúcar	271.475	244.344	292.070	303.557	324.435	4.203	3.864	4.345	4.565	4.826
Cebola	896	929	1.019	931	943	76	72	81	74	75
Centeio em grão	7	5	4	3	8	7	6	4	3	5
Cevada em grão	125	110	91	105	219	67	67	54	69	87
Coco-da-baía	891	837	902	949	998	240	232	232	238	258
Feijão em grão	2.797	2.478	3.256	2.946	2.837	5.149	3.884	5.402	4.996	4.957
Fumo em folha	576	658	519	455	471	345	373	319	292	304
Juta (fibra)	3	4	2	2	2	3	3	2	2	2
Laranja	98.411	93.986	87.091	98.066	109.056	989	801	896	855	972
Maçã	2.999	3.494	3.499	3.321	3.267	24	26	27	27	27
Malva (fibra)	19	17	16	10	10	16	11	10	6	6
Mamona	102	43	53	32	46	176	141	106	75	123
Mandioca	21.919	21.837	24.452	25.316	24.587	1.826	1.811	1.849	1.943	1.943
Milho em grão	30.506	30.051	32.487	36.275	31.975	13.364	11.871	13.748	13.960	13.365
Pimenta-do-reino	33	42	35	34	34	29	24	21	19	18
Rami (fibra)	7	7	4	3	5	5	5	3	3	3
Sisal (sisal)	204	126	131	118	133	264	179	165	153	153
Soja em grão	19.215	22.575	24.912	25.651	23.211	9.441	10.635	11.514	11.658	10.728
Sorgo em grão	282	282	292	243	313	164	140	153	139	186
Tomate	2.141	2.348	2.678	2.700	2.639	52	54	62	62	61
Trigo em grão	2.796	2.156	2.092	1.534	3.302	1.956	1.463	1.348	994	1.834
Uva	800	787	807	825	731	60	60	60	61	60
						49.380	45.277	49.899		

Fonte: IBGE. *Produção Agrícola Municipal e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.*
Nota: Banana, produção em mil cachos; laranja, abacaxi, coco-da-baía e maçã, produção em mil frutos.

Mundo — açúcar

Para 1996/97 está estimado que o consumo *per capita* mundial de açúcar retorne a níveis semelhantes aos observados no início da década, sendo que 1/3 da demanda total deverá se concentrar na Ásia.

Em mil t

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	18.614,00	20.834,00	24.737,00
Produção	115.842,00	122.509,00	125.125,00
Importação	30.530,00	35.073,00	35.460,00
Disponibilidade	164.986,00	178.416,00	185.322,00
Exportação	30.530,00	35.073,00	35.460,00
Consumo	113.622,00	118.606,00	122.958,00
Estoque final	20.834,00	24.737,00	26.904,00
Consumo *per capita* (kg/hab.)	18,70	19,20	19,60

Cuba — açúcar

Pelo terceiro ano-safra consecutivo, em 1996/97 Cuba deverá assistir a avanço em sua produção de açúcar, muito embora o resultado ainda seja 40% menor do que os 7,6 milhões de toneladas observados no início da década.

Em mil t

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	170,00	400,00	400,00
Produção	3.300,00	4.450,00	4.600,00
Importação	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade	3.470,00	4.850,00	5.000,00
Exportação	2.600,00	3.750,00	3.800,00
Consumo	470,00	700,00	700,00
Estoque final	400,00	400,00	500,00
Consumo *per capita* (kg/hab.)	40,30	59,70	59,50

Brasil — açúcar

A produção recorde de açúcar em 1996/97 foi facultada pela maior área cultivada com cana e pelas boas condições meteorológicas ali observadas, apesar de o tempo chuvoso no Centro-Sul ao final da temporada ter reduzido a produção de açúcar e aumentado a de álcool.

Em mil t

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	455,00	710,00	510,00
Produção	12.500,00	13.700,00	14.500,00
Importação	55,00	0,00	0,00
Disponibilidade	13.010,00	14.410,00	15.010,00
Exportação	4.300,00	5.800,00	5.800,00
Consumo	8.000,00	8.100,00	8.400,00
Estoque final	710,00	510,00	810,00
Consumo *per capita* (kg/hab.)	45,80	45,80	47,00

Índia — açúcar

Conquanto as áreas produtoras de cana em 1996/97 tenham sido beneficiadas por um dos melhores regimes de monções dos últimos anos, a produção indiana de açúcar foi inferior à antecedente, devido à menor área plantada em conseqüência da insatisfação dos produtores pelos preços recebidos.

Em mil t

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	2.731,00	5.430,00	7.710,00
Produção	16.410,00	18.270,00	17.000,00
Importação	685,00	0,00	0,00
Disponibilidade	19.826,00	23.700,00	24.710,00
Exportação	40,00	900,00	1.500,00
Consumo	14.356,00	15.090,00	16.000,00
Estoque final	5.430,00	7.710,00	7.210,00
Consumo *per capita* (kg/hab.)	14,30	14,80	15,50

Fonte: USDA (dezembro de 1996).

Brasil — carne suína

A retomada das exportações em 1996 (em sua quase totalidade para a Argentina e Hong Kong) deu novo ânimo ao segmento suinícola, cujo objetivo de reposicionar-se no comércio internacional desta carne tem sido dificultado pelo protecionismo dos países produtores do hemisfério Norte.

1993 a 1996 — em mil t

Item	1993	1994	1995	1996
Produção	1.215,00	1.251,00	1.450,00	1.520,00
Exportação	34,80	32,30	35,00	57,00
Importação	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade	1.180,20	1.218,70	1.415,00	1.463,00
Consumo *per capita* (kg)	7,80	7,90	9,10	9,30

Fontes: Cepa/SC, ABPS.

Brasil — carne bovina

Apesar de a produção interna de carne bovina vir crescendo ininterruptamente desde 1993, a sua representatividade no agregado das três proteínas animais mais importantes não passou de 51% no ano passado, aquém da média de quase 60% que chegou a registrar no qüinqüênio 1985-89.

1993 a 1996 — em mil t

Item	1993	1994	1995	1996
Produção	4.987,00	5.200,00	5.600,00	5.800,00
Exportação	386,00	378,40	289,20	245,00
Importação	49,00	195,90	275,20	200,00
Disponibilidade	4.650,00	5.017,50	5.586,00	5.755,00
Consumo *per capita* (kg)	30,70	32,60	35,90	36,40

Fontes: CNPC, Abiec, FNP Consultoria.

Brasil — carne de frango

Pela primeira vez na história da avicultura de corte brasileira, o consumo *per capita* comercial de carne de frango sofreu decréscimo em 1996, por força da relativa estabilidade observada na produção interna aliada à forte retomada das exportações.

1993 a 1996 — em mil t

Item	1993	1994	1995	1996
Produção	3.143,00	3.410,00	4.051,00	4.059,00
Exportação	433,50	481,00	433,70	550,00
Importação	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade	2.709,50	2.929,00	3.617,30	3.509,00
Consumo *per capita* (kg)	17,90	19,10	23,20	22,20

Fontes: Apinco, Apa, Abef.

Brasil — carnes bovina, suína e de frango

Embora tenha ocorrido avanço no consumo interno das carnes bovina e suína em 1996, a retração no indicador da carne avícola fez decrescer o consumo *per capita* de carnes em geral, tendo em vista que a produção da carne branca representa atualmente quase 40% do total dessas proteínas.

1993 a 1996 — em mil t

Item	1993	1994	1995	1996
Produção	9.345,00	9.861,00	11.101,00	11.379,00
Exportação	854,30	891,70	275,20	852,00
Importação	49,00	195,90	757,90	200,00
Disponibilidade	8.539,70	9.165,20	10.618,30	10.727,00
Consumo *per capita* (kg)	56,40	59,60	68,20	67,90

Fontes: Apinco, Apa, Abef, Cepa/SC, CNPC, FNP Consultoria, Abiec, ABPS.

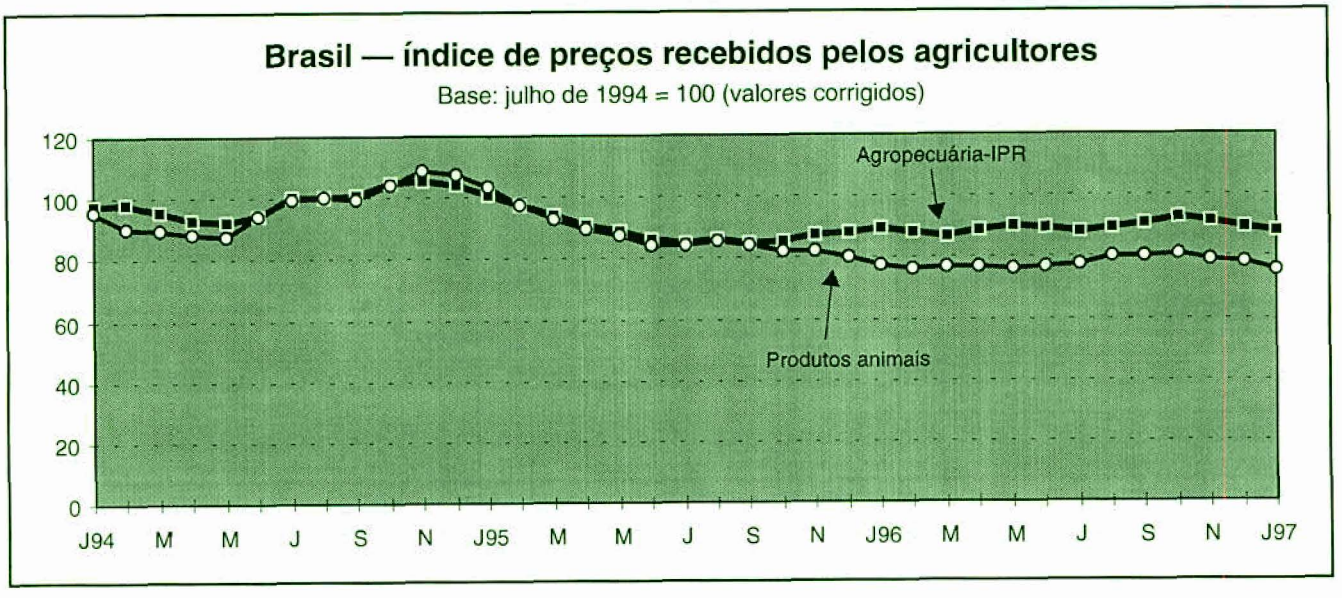
IRENE RAGUENET TROCCOLI

Brasil — índices de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1991	0,010	0,010	0,010	0,010	0,010
1992	0,110	0,140	0,080	0,120	0,110
1993	2,600	3,210	1,900	2,830	2,670
1994	70,490	73,190	66,860	70,140	70,350
1995	106,130	106,890	104,210	102,880	105,060
1996	125,274	135,852	108,571	101,652	116,761
Jan. 95	107,853	113,183	99,639	112,682	109,557
Fev.	106,896	110,407	101,215	107,540	107,190
Mar.	106,082	104,652	107,549	103,853	105,383
Abr.	104,519	101,611	108,367	102,424	103,866
Maio	103,289	97,682	111,640	100,989	102,563
Jun.	103,287	97,938	111,177	99,683	102,100
Jul.	102,833	101,049	104,418	101,294	102,382
Ago.	105,654	105,750	104,173	104,275	105,261
Set.	103,395	104,694	100,093	102,094	103,028
Out.	105,390	108,154	99,878	99,754	103,503
Nov.	111,026	116,162	102,015	101,119	107,605
Dez.	113,373	121,439	100,306	98,861	108,251
Jan. 96	120,377	131,544	103,150	97,590	112,128
Fev.	120,193	128,806	106,128	96,635	111,636
Mar.	117,803	124,307	106,537	97,029	110,343
Abr.	122,420	129,680	110,040	98,410	113,710
Maio	127,237	136,532	112,057	98,502	116,663
Jun.	127,608	137,388	111,792	100,920	117,878
Jul.	125,075	136,559	107,162	103,332	117,333
Ago.	125,473	139,541	104,385	106,068	118,657
Set.	129,086	143,045	107,991	106,326	120,985
Out.	132,570	146,800	111,040	107,640	123,640
Nov.	131,190	146,263	108,706	105,626	121,991
Dez.	129,248	142,869	108,520	105,026	120,572
Jan. 97	130,327	140,020	114,176	103,065	120,442

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

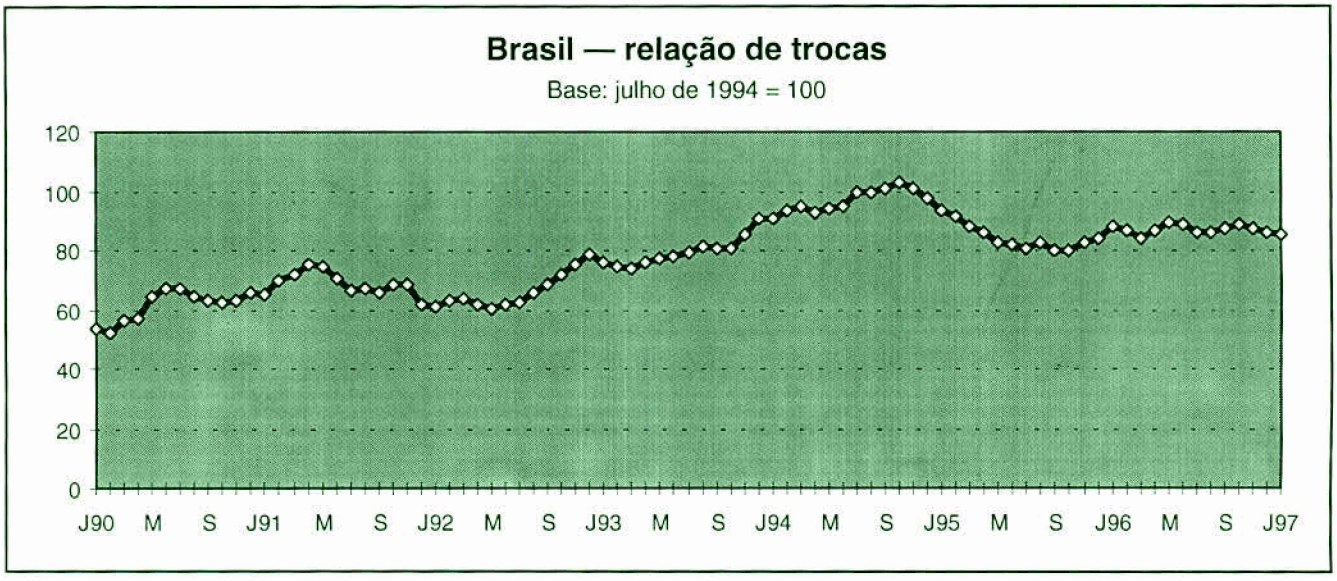
Os preços das lavouras nos últimos 12 meses cresceram abaixo do IGP-DI, mas o declínio dos preços dos produtos de origem animal foi maior ainda. A agricultura continua sendo uma "âncora verde".



Brasil — índices de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1991	0,010	0,020	0,010	0,010	0,010	0,020	0,010
1992	0,140	0,170	0,160	0,180	0,150	0,150	0,160
1993	2,910	3,060	3,180	3,380	3,260	3,010	3,110
1994	70,360	69,590	69,560	70,490	69,380	78,290	71,440
1995	107,530	111,210	105,200	118,390	101,830	193,850	125,840
1996	117,533	129,693	113,108	126,548	110,511	238,089	143,030
Jan. 95	106,309	103,892	100,812	108,949	100,000	164,470	115,412
Fev.	105,949	104,451	102,151	110,674	100,000	169,459	116,800
Mar.	106,465	106,425	102,645	114,138	100,000	181,424	120,150
Abr.	106,137	108,584	104,105	115,115	100,000	186,274	121,854
Maio	105,837	108,301	104,061	118,547	100,000	199,198	124,695
Jun.	106,078	108,852	104,211	119,210	100,000	206,690	126,297
Jul.	107,753	108,726	105,509	121,694	100,000	208,647	127,354
Ago.	108,083	110,113	105,743	121,743	100,000	208,023	127,667
Set.	108,690	113,447	106,736	122,312	100,000	209,282	129,069
Out.	109,066	118,036	107,876	121,906	107,336	211,619	131,988
Nov.	109,612	120,981	108,744	122,746	107,336	215,833	133,840
Dez.	110,327	122,683	109,843	123,622	107,336	217,780	134,994
Jan. 96	111,230	124,795	110,551	124,575	107,336	222,214	136,724
Fev.	111,978	125,908	111,491	125,145	107,336	227,798	138,358
Mar.	113,227	127,160	111,586	126,209	107,336	230,691	139,580
Abr.	114,578	128,126	111,983	126,237	111,430	234,578	141,470
Maio	116,708	129,048	112,666	126,838	111,420	236,511	142,565
Jun.	118,453	130,227	113,347	126,735	111,635	239,981	143,899
Jul.	119,425	130,754	113,970	126,598	111,635	243,031	144,816
Ago.	121,082	132,179	114,526	127,044	111,635	244,948	145,932
Set.	124,798	134,134	115,281	127,556	111,635	247,167	147,605
Out.	126,308	135,454	116,365	128,332	111,635	248,898	148,732
Nov.	127,968	136,156	117,171	128,648	111,635	250,799	149,666
Dez.	128,775	137,297	117,668	127,984	111,635	250,925	150,086
Jan. 97	129,050	138,159	118,209	128,737	121,987	252,438	152,415

Embora em janeiro o IPP tenha evoluído abaixo do IGP-DI, a relação de trocas continua a se deteriorar pois os preços recebidos pelos agricultores não encontram espaço para se recuperar. O recente aumento dos combustíveis pressionou o índice de preços pago.



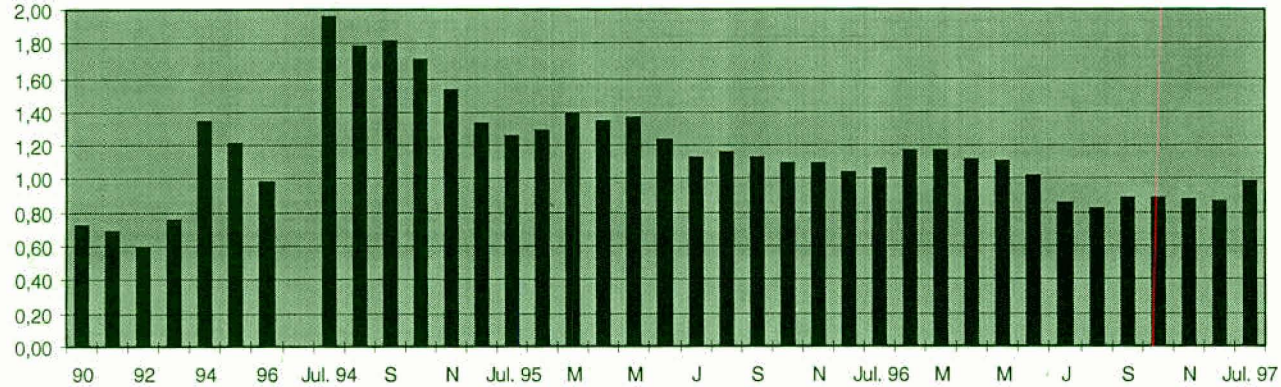
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de janeiro de 1997/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,54	0,47	0,28	0,37	0,43	18,22	0,72	15,84
1991	0,56	0,56	0,36	0,37	0,46	20,65	0,69	16,93
1992	0,50	0,39	0,26	0,28	0,30	20,45	0,59	17,57
1993	0,56	0,49	0,26	0,29	0,32	18,07	0,75	15,69
1994	0,56	0,44	0,25	0,37	0,51	18,99	1,34	16,19
1995	0,49	0,40	0,21	0,55	0,37	17,57	1,21	14,55
1996	0,51	0,42	0,22	0,42	0,28	16,81	0,98	15,89
Mar. 95	0,54	0,37	0,22	0,53	0,44	19,90	1,39	14,29
Abr.	0,54	0,41	0,20	0,60	0,39	19,72	1,35	13,85
Maio	0,50	0,39	0,19	0,61	0,51	20,44	1,37	14,20
Jun.	0,46	0,39	0,19	0,64	0,63	18,81	1,24	14,13
Jul.	0,44	0,39	0,18	0,63	0,44	15,61	1,12	14,06
Ago.	0,44	0,35	0,19	0,62	0,28	15,99	1,16	14,39
Set.	0,44	0,35	0,19	0,52	0,24	15,81	1,13	14,44
Out.	0,47	0,37	0,19	0,51	0,20	15,85	1,09	15,22
Nov.	0,49	0,39	0,20	0,50	0,19	17,41	1,09	15,35
Dez.	0,51	0,39	0,21	0,48	0,18	16,78	1,03	15,47
Jan. 96	0,51	0,37	0,23	0,46	0,21	15,95	1,06	15,31
Fev.	0,51	0,36	0,23	0,47	0,18	15,59	1,17	15,27
Mar.	0,51	0,32	0,22	0,40	0,23	15,34	1,17	15,10
Abr.	0,49	0,34	0,21	0,43	0,28	15,80	1,12	15,88
Maio	0,50	0,36	0,21	0,41	0,33	17,10	1,11	16,00
Jun.	0,50	0,39	0,21	0,43	0,38	16,53	1,02	16,01
Jul.	0,51	0,40	0,21	0,49	0,36	15,85	0,86	16,06
Ago.	0,52	0,45	0,21	0,44	0,33	15,54	0,81	16,10
Set.	0,53	0,48	0,21	0,43	0,33	15,89	0,89	16,17
Out.	0,52	0,46	0,22	0,42	0,31	18,73	0,88	16,24
Nov.	0,52	0,54	0,23	0,38	0,24	19,53	0,87	16,22
Dez.	0,53	0,52	0,23	0,34	0,22	19,91	0,86	16,29
Jan. 97	0,53	0,41	0,23	0,36	0,18	18,10	0,98	16,29

Os baixos estoques nos países consumidores sustentam as altas no mercado internacional e se refletem no Brasil. O cafeicultor nacional, contudo, não pode tirar benefício da conjuntura, uma vez que, em sua maioria, já comercializou a safra passada.

Brasil — café em coco — preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de janeiro de 1997/kg



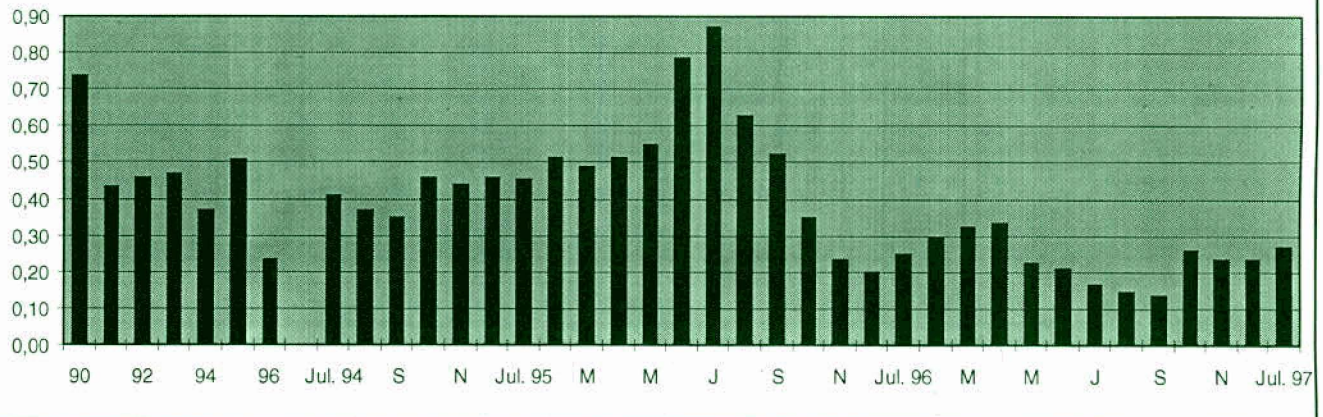
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de janeiro de 1997/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (grão — kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,84	1,87	3,89	0,19	56,31	0,23	0,51	0,18
1991	0,83	1,94	2,99	0,20	67,43	0,28	0,44	0,18
1992	0,65	2,69	2,94	0,18	76,22	0,29	0,41	0,22
1993	0,81	2,41	2,33	0,19	75,64	0,29	0,38	0,20
1994	0,98	2,07	3,14	0,16	54,33	0,25	0,49	0,17
1995	0,58	1,92	3,01	0,13	76,64	0,19	0,45	0,17
1996	0,64	2,13	1,92	0,15	80,26	0,24	0,36	0,20
Mar. 95	0,70	1,95	3,98	0,12	77,93	0,18	0,59	0,17
Abr.	0,66	1,92	3,95	0,12	75,37	0,17	0,69	0,17
Maio	0,61	1,93	3,55	0,12	78,87	0,15	0,70	0,17
Jun.	0,53	1,91	2,92	0,13	79,60	0,15	0,70	0,15
Jul.	0,51	1,87	2,55	0,12	77,53	0,17	0,36	0,15
Ago.	0,50	1,85	2,27	0,12	77,10	0,19	0,32	0,16
Set.	0,50	1,88	2,27	0,12	72,10	0,19	0,28	0,16
Out.	0,51	1,86	2,36	0,14	76,04	0,19	0,24	0,16
Nov.	0,52	1,85	2,29	0,14	75,50	0,21	0,31	0,18
Dez.	0,57	1,98	2,07	0,14	81,30	0,22	0,41	0,18
Jan. 96	0,63	2,14	1,91	0,15	82,30	0,24	0,46	0,17
Fev.	0,62	2,22	1,80	0,15	74,28	0,23	0,41	0,18
Mar.	0,61	2,15	1,77	0,14	73,87	0,22	0,46	0,19
Abr.	0,62	2,12	2,03	0,15	76,61	0,23	0,38	0,20
Maio	0,61	2,15	1,91	0,16	79,23	0,24	0,34	0,23
Jun.	0,64	2,13	1,88	0,16	82,42	0,23	0,39	0,24
Jul.	0,64	2,09	1,86	0,14	84,15	0,23	0,37	0,24
Ago.	0,63	2,08	1,88	0,15	83,27	0,24	0,36	0,23
Set.	0,66	2,11	2,03	0,15	83,11	0,26	0,35	0,21
Out.	0,68	2,12	2,06	0,15	84,04	0,28	0,31	0,17
Nov.	0,70	2,12	1,99	0,15	79,33	0,27	0,28	0,16
Dez.	0,63	2,10	1,97	0,14	80,53	0,26	0,25	0,14
Jan. 97	0,62	1,91	2,21	0,13	78,30	0,26	0,26	0,13

Os baixos preços registrados em 1996 provocaram uma redução de 5% na área a ser colhida agora, em 1997. Em conseqüência os preços se recuperaram.

Brasil — cebola — preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de janeiro de 1997/kg



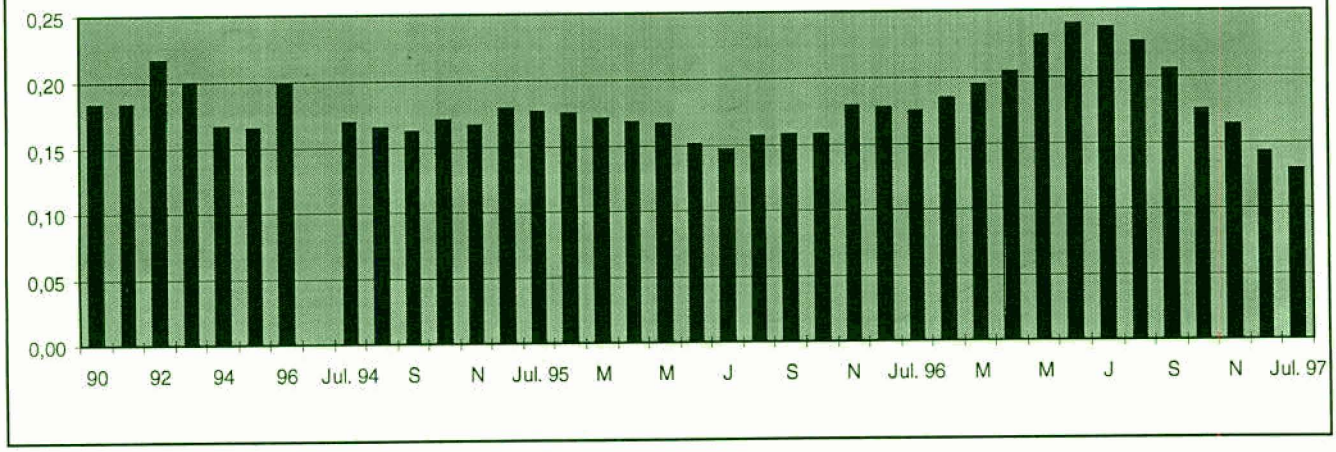
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de janeiro de 1997/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (1@)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,74	0,27	1,31	0,19	0,35	179,70	36,61	881,61
1991	0,43	0,22	1,08	0,19	0,31	159,18	33,74	710,89
1992	0,46	0,24	0,89	0,18	0,26	145,07	32,20	608,41
1993	0,47	0,27	0,96	0,19	0,53	156,36	34,13	649,37
1994	0,37	0,27	1,54	0,23	0,34	180,28	33,12	812,58
1995	0,51	0,27	1,82	0,28	0,47	159,47	26,94	895,12
1996	0,23	0,27	1,60	0,27	0,18	121,92	22,97	727,58
Mar. 95	0,49	0,28	1,89	0,31	0,55	182,52	29,31	978,58
Abr.	0,51	0,29	2,03	0,30	0,00	172,65	27,49	927,53
Maio	0,55	0,27	1,91	0,27	0,67	164,30	26,04	904,73
Jun.	0,79	0,28	1,90	0,27		152,26	24,66	870,68
Jul.	0,87	0,27	1,80	0,26		145,69	25,34	862,79
Ago.	0,63	0,26	1,76	0,26		145,87	26,19	850,24
Set.	0,52	0,26	1,81	0,27		145,43	25,56	842,48
Out.	0,35	0,27	1,77	0,29		144,19	25,69	842,74
Nov.	0,23	0,27	1,75	0,28		141,85	25,98	819,32
Dez.	0,20	0,28	1,68	0,27		137,17	24,59	808,75
Jan. 96	0,25	0,28	1,65	0,25	0,63	130,31	23,18	773,93
Fev.	0,29	0,29	1,67	0,24	0,45	126,65	23,01	762,13
Mar.	0,32	0,27	1,61	0,25	0,45	127,18	22,78	755,07
Abr.	0,33	0,28	1,59	0,27	0,59	124,64	22,60	740,64
Maio	0,22	0,28	1,55	0,26	0,00	121,05	21,91	712,64
Jun.	0,21	0,26	1,53	0,27	0,00	120,24	21,56	704,99
Jul.	0,16	0,27	1,48	0,27	0,00	118,90	22,43	706,53
Ago.	0,14	0,27	1,48	0,28	0,00	119,91	23,43	717,14
Set.	0,13	0,26	1,67	0,27	0,00	118,75	23,56	715,69
Out.	0,26	0,26	1,66	0,26	0,00	119,37	24,19	710,47
Nov.	0,24	0,24	1,63	0,29	0,00	118,00	23,73	720,82
Dez.	0,23	0,24	1,63	0,28	0,00	118,03	23,24	710,92
Jan. 97	0,27	0,26	1,97	0,27	0,35	114,95	22,64	683,00

A produção de trigo se expandiu em 1996, incentivada pelas cotações recordes do mercado internacional. Com a entrada da colheita, e sem uma política de comercialização efetiva, os preços se retraíram. As primeiras informações relativas à intenção de plantio para a safra de 1997 já indicam forte retração da área destinada à lavoura.

Brasil — trigo em grão — preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de janeiro de 1997/kg

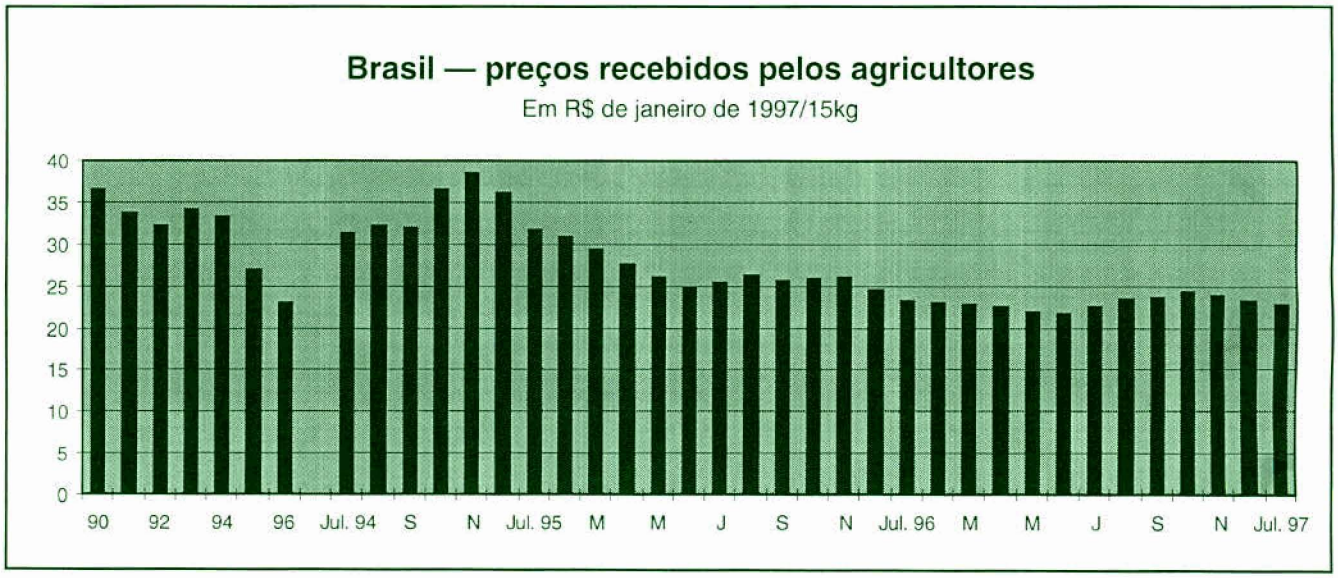


Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de janeiro de 1997/unidade)

Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	540,95	21,89	1,58	0,37	32,74	0,98	3,68	336,56
1991	444,48	20,94	1,35	0,35	19,33	0,86	4,31	290,95
1992	379,42	18,14	1,19	0,33	30,62	0,84	2,78	270,92
1993	403,95	20,27	1,20	0,34	25,44	0,94	2,89	284,03
1994	493,87	18,65	1,14	0,30	30,17	0,88	3,36	317,67
1995	501,46	16,90	0,93	0,32	37,37	0,71	5,70	280,37
1996	391,88	13,83	0,87	0,28	27,91	0,78	5,59	227,54
Mar. 95	548,12	19,28	0,95	0,32	38,43	0,76	5,34	316,82
Abr.	564,85	18,11	0,90	0,32	37,96	0,73	5,44	296,89
Maio	514,16	16,92	0,89	0,33	38,70	0,71	5,74	282,51
Jun.	477,74	15,69	0,87	0,32	37,20	0,72	6,01	264,79
Jul.	472,40	15,12	0,87	0,32	37,62	0,68	6,02	259,18
Ago.	467,36	15,23	0,92	0,31	38,22	0,68	5,96	258,41
Set.	463,06	15,28	0,90	0,32	39,45	0,64	6,07	255,89
Out.	459,43	15,03	0,84	0,30	40,62	0,63	6,04	257,99
Nov.	451,39	14,83	0,85	0,30	33,34	0,65	5,96	255,61
Dez.	444,40	14,65	0,88	0,29	30,16	0,66	5,62	251,23
Jan. 96	428,83	14,14	0,86	0,28	28,97	0,67	5,68	236,71
Fev.	414,81	13,82	0,86	0,27	29,06	0,69	5,59	233,89
Mar.	407,90	13,71	0,85	0,27	29,24	0,76	5,64	232,94
Abr.	393,98	13,40	0,85	0,28	29,36	0,79	5,73	231,69
Maio	383,02	12,98	0,87	0,27	27,29	0,80	5,55	224,79
Jun.	380,28	13,20	0,88	0,28	28,21	0,85	5,46	222,37
Jul.	384,22	13,50	0,87	0,28	26,89	0,88	5,54	224,23
Ago.	384,74	13,76	0,86	0,29	27,18	0,88	5,65	226,19
Set.	386,03	13,76	0,88	0,29	26,79	0,83	5,82	223,89
Out.	381,24	13,97	0,90	0,29	26,92	0,78	5,67	225,74
Nov.	381,26	14,55	0,91	0,28	26,81	0,68	5,44	224,35
Dez.	376,23	15,13	0,88	0,26	28,17	0,72	5,27	223,72
Jan. 97	365,57	15,05	0,84	0,25	29,20	0,71	4,84	218,23

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

Os preços do boi continuam estáveis, agora pressionados pela época de safra.

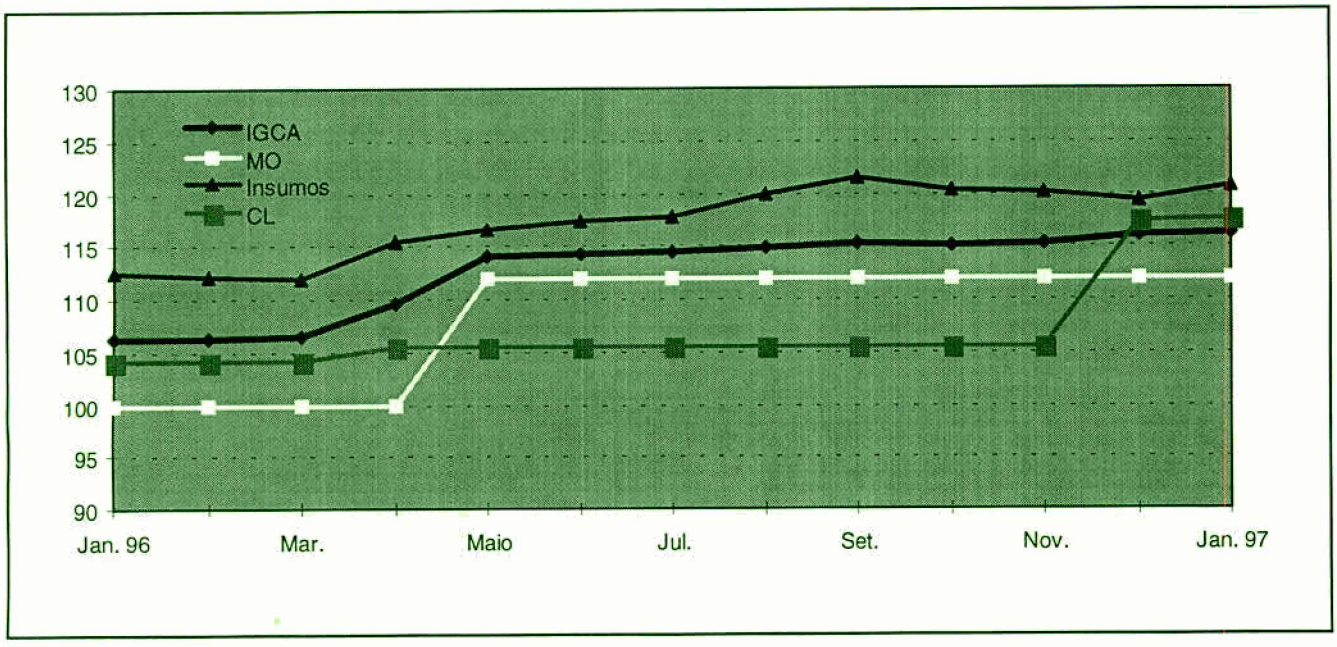


São Paulo — índices de preços da cana-de-açúcar
(base: junho de 1995 = 100)

Mês/Ano	Índice geral da cana-de-açúcar (IGCA)	Mão-de-obra (MO)	Máquinas, veículos e equipamentos (MVE)	Reparos (R)	Combustíveis e lubrificantes (CL)	Insumos (I)	Outras despesas (OD)
Jul. 1995	101,908	100,000	100,605	101,642	100,026	102,749	101,780
Ago.	101,963	100,000	100,554	101,949	100,037	102,605	102,847
Set.	102,552	100,000	100,422	102,775	100,955	104,698	102,335
Out.	105,719	100,000	100,679	102,890	103,972	110,772	102,791
Nov.	105,643	100,000	100,652	103,403	104,067	109,817	103,526
Dez.	106,167	100,000	100,791	103,478	104,074	112,331	103,937
Jan. 1996	106,268	100,000	99,480	104,245	104,085	112,433	105,035
Fev.	106,372	100,000	100,185	104,979	104,089	112,184	105,262
Mar.	106,446	100,000	100,308	105,599	104,085	112,036	105,499
Abr.	109,594	100,000	100,380	105,066	105,596	115,462	105,972
Maio	114,009	112,009	100,389	105,340	105,483	116,645	107,071
Jun.	114,206	112,009	100,437	105,472	105,470	117,316	108,058
Jul.	114,399	112,009	100,897	105,862	105,465	117,689	108,868
Ago.	114,950	112,009	101,005	106,658	105,460	119,810	109,045
Set.	115,320	112,009	101,307	106,917	105,479	121,400	109,061
Out.	115,098	112,009	101,042	106,989	105,497	120,257	109,139
Nov.	115,181	112,009	101,085	107,494	105,511	120,174	109,631
Dez.	116,019	112,009	99,818	106,914	117,309	119,398	110,478
Média 1996	112,322	108,006	100,528	105,961	106,127	117,067	107,760
Jan. 97	116,270	112,009	99,857	106,582	117,614	120,610	111,478

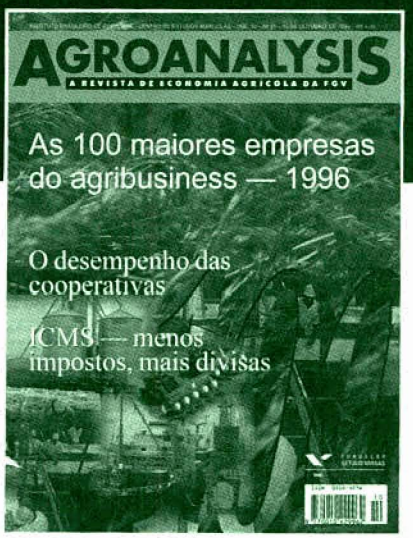
Fonte: IBRE/FGV.

Os itens que mais têm pressionado o índice geral da cana-de-açúcar, desde a base, são: insumos (20,61%); combustíveis e lubrificantes (17,61%) e mão-de-obra (12%).



EQUIPE DE TRABALHO IBRE-AIAA

Agroanalysis: a revista mais adequada aos interessados no Agribusiness



Uma visão de negócios necessita do instrumento adequado

Agroanalysis é a única revista de economia agrícola produzida por um centro de estudos econômicos. É indispensável para quem precisa compreender a economia brasileira.

Mario Henrique Simonsen

Opções de pagamento

- ❑ Cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, anexo
- ❑ Depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — Agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)
- ❑ Cartão de crédito

Solicito

- ❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *Agroanalysis* no valor de **R$ 55,00**
- ❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
- ❑ Alteração de dados cadastrais

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

Cartão nº ..... validade .....

CH

Central de Atendimento ao Assinante
— Tel: (021) 536-9196 — Fax: (021) 551-0948

Carta-Circular nº 2.696, de 1-11-1996, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre o fornecimento de dados no âmbito do zoneamento agrícola de conformidade com o disposto nos arts. 1º e 2º da Resolução nº 2.294, de 28-6-1996 (DOU de 5-11-1996).

Portaria nº 135, de 4-11-1996, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Estende a aplicação do programa de distribuição de carnes bovina, bubalina, suína, ovina e caprina aos municípios que menciona (DOU de 5-11-1996).

Portaria nº 243, de 5-11-1996, do Ministério da Fazenda: Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios mensais dos financiamentos rurais concedidos pelo BNB com recursos do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador (DOU de 6-11-1996).

Portaria nº 244, de 5-11-1996, do Ministério da Fazenda: Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios mensais dos financiamentos rurais concedidos pelo BB com recursos de parcela de 1/3 do compulsório da poupança-ouro liberado através da Resolução nº 2.323, de 29-10-1996 do CMN (DOU de 6-11-1996).

Resolução nº 2.331, de 5-11-1996, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre prazo para formalização de operações sob a égide do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, de que trata a Resolução nº 2.254, de 11-3-1996 (DOU de 6-11-1996).

Resolução nº 2.332, de 5-11-1996, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre condições e procedimentos aplicáveis às operações de alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que tratam a Lei nº 9.138 de 29-11-1995 e a Resolução nº 2.238 de 31-1-1996 (DOU de 6-11-1996).

Portaria nº 667, de 6-11-1996, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Aprova o regulamento para oferta de prêmio para escoamento de produto — PEP nº 001/96 (DOU de 7-11-1996).

Medida provisória nº 1.528, de 19-11-1996: Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR, sobre o pagamento da dívida representada por títulos da dívida agrária (DOU de 20-11-1996).

Resolução nº 128, de 23-10-1996, do Codefat/MT: Estabelece critérios para utilização de recursos destinados ao BNDES para aplicação no Pronaf e consolida o disposto nas Resoluções nºs 109 e 118, de 1-7-1996 e de 2-8-1996, respectivamente (DOU de 20-11-1996).

Resolução nº 129, de 23-10-1996, do Codefat/MT: Dispõe sobre a alocação de recursos do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador, no Banco do Brasil S.A., destinados ao Programa de Geração de Emprego e Renda, dirigido ao setor rural — Proger Rural (DOU de 20-11-1996).

Resolução nº 130, de 23-10-1996, do Codefat/MT: Dispõe sobre a alocação de recursos do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador, no Banco do Nordeste do Brasil S.A., destinados ao Programa de Geração de Emprego e Renda, dirigido ao Setor Rural — Proger Rural (DOU de 20-11-1996).

Portaria nº 691, de 22-11-1996, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Aprova norma de identidade e qualidade da cevada para comercialização interna (DOU de 25-11-1996).

Carta-Circular nº 2.698, de 20-11-1996, do Banco Central do Brasil: Divulga informações suplementares, para efeito das Resoluções nºs 2.294, de 28-6-1996, e 2.311, de 29-8-1996 (DOU de 29-11-1996).

Resolução nº 2.338, de 2-12-1996, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a prorrogação de prazos de vencimento de operações contratadas com recursos do Funcafé (DOU de 4-12-1996).

Lei nº 9.321, de 5-12-1996: Dispensa a comprovação de regularidade do recolhimento do ITR para fins de financiamento ao amparo do Pronaf (DOU de 6-12-1996).

Resolução nº 2.399, de 5-12-1996, do Banco Central do Brasil: Estabelece condições especiais de financiamento para tratores e colheitadeiras agrícolas, ao amparo de recursos administrados pelo BNDES (DOU de 9-12-1996).

Resolução nº 2.340, de 9-12-1996, do Banco Central do Brasil: Estabelece encargos financeiros para operações de crédito rural contratadas com recursos

das operações oficiais de crédito (DOU de 10-12-1996).

Resolução nº 2.341, de 9-12-1996, do Banco Central do Brasil: Estabelece encargos financeiros para operações de crédito agroindustrial contratadas com recursos das operações oficiais de crédito (DOU de 10-12-1996).

Portaria nº 54, de 9-12-1996, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento/SDR: Homologa proposta de recomendação de cultivares de feijão para o ano agrícola 1996/97 (DOU de 10-12-1996).

Portaria nº 292, de 13-12-1996, do Ministério da Fazenda: Sujeita ao regime de preços liberados, de que trata o art. 4º inciso III, da Portaria nº 463/91, dos preços da gasolina automotiva e do álcool hidratado para fins carburantes, inclusive dos aditivados, nas unidades de comércio atacadista ou varejista (DOU de 16-12-1996).

Portaria nº 293, de 13-12-1996, do Ministério da Fazenda: Libera, a partir de 1º de maio de 1997, os preços do álcool anidro nas unidades produtoras (DOU de 16-12-1996).

Portaria nº 709, de 13-12-1996, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Institui, no MAA, sob supervisão do secretário da Defesa Agropecuária, o Programa Nacional de Controle de Resíduos Químicos e Biológicos em Vegetais, Partes de Vegetais e seus Subprodutos, PNCRV (DOU de 16-12-1996).

Portaria nº 298, de 19-12-1996, do Ministério da Fazenda: Eleva para R$300 milhões o limite dos saldos médios dos financiamentos rurais concedidos pelo BB no âmbito do Pronaf com recursos do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador —, e reduz para R$50 milhões o limite dos saldos médios dos financiamentos concedidos pelo BB no âmbito do Proger (DOU de 20-12-1996).

Portaria nº 302, de 26-12-1996, do Ministério da Fazenda: Substitui anexo à Portaria nº 062, de 29-3-1996, que trata dos preços da cana-de-açúcar, álcool etc. (DOU de 30-12-1996).

Resolução nº 2.351, de 30-12-1996, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a concessão de prazo (adia de 2-1-1997 para 3-3-1997) para operações de crédito rural e para renegociação de valor excedente a R$200 mil de que trata o art. 1º, inciso IX, da Resolução nº 2.238, de 31-1-1996 [passa a contemplar operações conta] (DOU de 31-12-1996).

Carta-Circular nº 2.711, de 2-1-1997, do Banco Central do Brasil: Promove alterações nos documentos nº 17.1 e nº 20 do MCR e esclarece procedimentos operacionais definidos na Resolução nº 2.103, de 31-8-1994 (DOU de 6-1-1997).

Portaria nº 5, de 8-1-1997, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Aprova o regulamento do prêmio de qualidade nas delegacias federais de agricultura (DOU de 10-1-1997).

Portaria nº 6, de 8-1-1997, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Aprova o regulamento do prêmio de qualidade na agricultura (DOU de 10-1-1997).

Decreto nº 2.119, de 13-1-1997: Dispõe sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e sobre sua Comissão de Coordenação (DOU de 14-1-1997).

Portaria nº 30, de 15-1-1997, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Dispõe sobre medidas e procedimentos para o controle e a fiscalização de vinhos e derivados da uva e do vinho (DOU de 16-1-1997).

Resolução nº 2.354, de 23-1-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre ajustes nas normas relativas a operações de EGF (DOU de 24-1-1997).

Carta-Circular nº 2.716, de 23-1-1997, do Banco Central do Brasil: Divulga informações relativas a zoneamento agrícola para a cultura de feijão da seca, para os efeitos das Resoluções nºs 2.294, de 28-6-1996, e 2.311, de 29-8-1996 (DOU de 28-1-1997).

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 21 de fevereiro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de março de 1997.

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Fevereiro 1996	Janeiro 1997	1 a 19 fevereiro 1997	14 a 19 fevereiro 1997	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F		
Açúcar raw US¢/lb-peso	12,41	10,78	10,63	10,75	10,63		10,59		10,44			10,42					→	Numa conjuntura de preços pouco atrativos o Brasil optará por colocar sua produção excedente no mercado interno.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	84,19	74,31	73,86	72,85	73,86		75,34		76,46			76,68		76,75			→	O mercado está equilibrado e a ausência de novos fatos deverá mantê-lo no curto prazo.
Cacau Bahia US$/ tonelada	1.273,20	1.377,33	1.262,00	1.228,00	1.262,00		1.300,00		1.330,00		1.357,00			1.381,00			→	As boas perspectivas para a safra da Costa do Marfim afrouxam o mercado e os analistas prevêem uma ligeira baixa no curto prazo.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	121,39	127,26	159,71	174,46	159,71		152,15		147,77		142,47			136,45			→	Ainda é forte a sensação de escassez no mercado em razão dos baixos estoques nos países compradores. A expectativa de que a safra brasileira de 1997/98 seja menor do que a inicialmente projetada também dará suporte aos preços. Porém, a tendência altista já acumula variação de mais de 50% no ano, estimulando vendas para a realização de lucros.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Produtos / Preços	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Fevereiro 1996	Janeiro 1996	1 a 19 fevereiro 1997	14 a 19 fevereiro 1997	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F		
Milho two yellow US¢/ bushel	374,35	268,24	273,03	276,25	273,03		272,14		270,75		266,64			267,78			→	O bom ritmo das exportações norte-americanas: o ânimo do mercado da soja e as notícias de possíveis quebras na safra de milho dando sustentação a este mercado.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	729,93	731,71	750,11	767,44	750,11		749,17		748,94	745,08	635,11		691,11	696,36			↘	Apesar da boa oferta sul-americana, esperava-se que o aperto do balanço mundial de oferta e demanda prevalecesse, mas a atual situação de clima é uma incógnita, com peso negativo.
Soja-farelo US$/ tonelada	230,16	232,05	241,70	249,95	241,70		236,44		234,46	231,57	225,98	216,27					↘	Também no farelo, as dúvidas sobre o que acontecerá com o clima repercutem.
Suco de laranja US¢/lb-peso	124,01	83,48	81,58	77,16	81,58		84,52		87,86		90,83		92,58	93,19			↘	À medida que se consolidam as informações de que as geadas da Flórida não causaram prejuízo à safra norte-americana o mercado tende a se acalmar.
Trigo soft red U$¢/ bushel	514,11	385,72	359,00	360,00	359,00		353,81		341,19		344,22			354,03			↘	Em razão dos bons preços de 1996, os grandes produtores/exportadores obtiveram safras excepcionais.

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas no dia 21 de fevereiro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de março de 1997. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 1997. Os preços de fevereiro de 1997 são nominais.

Produtos / Preços	Fevereiro 1996	Janeiro 1997	1 a 19 fevereiro 1997	14 a 19 fevereiro 1997	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	29,52	29,72	30,11	30,11	↘	Embora estimada em número pouco animador, a nova safra se aproxima e acalma o mercado. Contribui para a tendência baixista o fato das importações internalizadas em fevereiro manterem as indústrias abastecidas diminuindo a pressão de compra.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	32,68	37,81	37,33	36,50	→	A safra nova se intensificará em março e certamente pressionará para baixo os preços. Entretanto, o governo está atento e deverá lançar mão de mecanismos para evitar que os preços caiam a nível muito insatisfatórios para os produtores rurais.
Boi gordo R$/arroba	23,82	23,90	24,75	25,00	↗	O mercado está bastante especulativo nesta safra mantendo a tendência dos preços bem firme. Os fatores são: dificuldade de reposição dos animais, aumento das exportações brasileiras e uma certa dificuldade de importar da Argentina e Uruguai.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	175,10	168,50	205,21	219,11	↗	Escassez no mercado externo e expectativa de que a safra de 1997/98 venha a ser menor do que inicialmente projetada devem continuar sustentando as cotações. A tendência será reforçada pela prorrogação, por mais 90 dias, do vencimento das dívidas da lavoura, determinada pelo CDPC.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos \ Preços	Fevereiro 1996	Janeiro 1997	1 a 19 fevereiro 1997	14 a 19 fevereiro 1997	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	42,03	35,29	39,72	41,50	↑	A possibilidade de ocorrer um hiato de oferta prolongando a entressafra devido ao atraso do plantio do feijão da seca sustenta as cotações em alta.
Frango vivo R$/kg	0,72	0,75	0,66	0,66	↓	Com o fim das férias escolares, termina o período de queda sazonal dos preços da ave.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	9,16	7,97	8,01	7,89	↓	A aproximação da colheita do Centro-Sul tradicionalmente esfria as cotações do cereal, muito embora o governo tenha recentemente divulgado medidas de suporte à comercialização do produto novo.
Soja-grão industrial R$/60kg	15,23	17,72	15,75	15,75	↓	As cotações começam a refluir, no interior, à medida que progride a colheita da nova safra.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Previsão das exportações dos EUA em 1997

O secretário de Agricultura dos EUA, Dan Glickman, anunciou, em 24 de fevereiro, que o valor das exportações agrícolas dos Estados Unidos, no ano fiscal de 1997, está agora estimado em US$56,6 bilhões. Este valor é US$1 bilhão superior à previsão anterior, de dezembro. É o segundo melhor resultado já obtido, perdendo apenas para o que se obteve em 1996, quando as vendas externas totalizaram US$59,8 bilhões.

De acordo com Glickman, estes grandes números sucessivos refletem o compromisso do governo de lutar por mercados abertos e promover agressivamente os produtos agrícolas norte-americanos no mercado mundial.

A nova estimativa espelha os embarques realizados, atualizados, e altera substancialmente as previsões existentes desde dezembro. Um total exportado maior do que o esperado e também preços melhores do que o imaginado para a soja e o algodão mais do que compensarão as possíveis reduções das exportações de trigo e carne. As exportações previstas para as oleaginosas (e seus derivados) e o algodão estão agora US$800 milhões e US$500 milhões superiores às de dezembro, respectivamente. As primeiras somam, na nova estatística, US$10,7 bilhões, e o algodão chega aos US$2,6 bilhões. Os aumentos são baseados principalmente em pesados embarques para a China, União Européia e México.

As exportações de trigo e de milho, que contribuíram para o recorde do valor das vendas ao exterior no ano passado, foram rebaixadas a partir do cálculo anterior e caíram consideravelmente em relação a 1996, devido à ampliação dos suprimentos mundiais e menores preços. A Argentina e a Austrália provavelmente colheram suas maiores safras de trigo, enquanto o milho norte-americano enfrenta uma situação de produção superior ao esperado e competição dos argentinos e chineses no mercado exportador.

As perspectivas para as exportações de arroz estão mais brilhantes, porém, com um aumento de US$100 milhões sobre os dados de dezembro, atingindo o valor arrecadado de US$1 bilhão, o mesmo registrado em 1996. A quantidade exportada ampliou-se em 100 mil toneladas, notadamente em razão da demanda de arroz de grão longo pela América Latina e pela União Européia.

Embora a previsão para as exportações de carne bovina, laticínios e carne de aves de 1997 tenha sido reduzida em US$200 milhões, com referência ao relatório anterior, ainda assim, permanecem no recorde de US$12,2 bilhões. Se continuar a lentidão nas vendas de carne de boi para o Japão, contudo, os recentes incrementos anuais nas vendas de carnes vermelhas para aquele país não poderão manter-se em 1997. O ritmo das importações japonesas de carne de todos os países caiu, acompanhando as preocupações dos consumidores quanto aos padrões de segurança dos alimentos.

O total das exportações agrícolas dos EUA está estimado em 145,4 milhões de toneladas, ligeiramente abaixo do que tinha sido calculado em dezembro e 8% menor do que o verificado em 1996. O pico das exportações, em tonelagem, ocorreu em 1995, quando se venderam ao exterior 169,7 milhões de toneladas.

As importações norte-americanas estão estimadas em um novo recorde: US$34 bilhões em 1997. Isto acarreta um superávit comercial agrícola de US$22 bilhões. Este resultado favorável é US$1 bilhão maior do que o esperado em dezembro, mas ficou abaixo do recorde de US$27,4 bilhões. O dólar mais forte e menores preços das importações contribuíram para aumentar as compras externas. Além disso, a alta das cotações do café, derivada da incerteza quanto à oferta sul-americana, adicionou US$200 milhões ao valor estimado das importações. As compras de café estão estimadas em torno de 9% da conta das importações dos EUA, cerca de US$3,1 bilhões.

Enquanto as exportações de commodities a granel, como as oleaginosas e o algodão, empurraram os recentes ganhos no panorama do comércio exterior, as exportações de produtos de maior valor unitário, co-

mo carnes, frutas e verduras, permanecem fortes. Somam-se às vendas de carne bovina, laticínios e carne de aves, o valor das exportações hortícolas — frutas, verduras e nozes — que está projetado 5% acima do que foi verificado em 1996, chegando ao novo recorde, US$10,5 bilhões. Guiando o aumento projetado nas exportações da hortifruticultura estão a recuperação das vendas para o México e um crescimento firme nas exportações para países-chave da Ásia e da bacia do Pacífico, países latino-americanos e o Canadá.

As exportações estimadas para o México, União Européia e China representam os maiores aumentos sobre os dados de dezembro, refletindo basicamente a maior demanda de soja e algodão pelos EUA. As vendas para o México aumentaram US$400 milhões, comparativamente ao estimado em dezembro, e US$500 milhões relativamente a 1996, alcançando US$5,5 bilhões. Embora os mexicanos venham importar mais soja e algodão, muito do aumento previsto nas exportações será devido aos produtos de maior valor unitário. As exportações para os europeus elevaram-se US$200 milhões, alcançando US$9 bilhões e aproximando-se do total do ano passado. As compras da China deverão totalizar US$2 bilhões, com o primeiro trimestre registrando movimento 52% maior do que o do mesmo período de um ano antes. A forte demanda de soja e as melhores perspectivas para o algodão respondem pela maior parte do ganho esperado, mas as importações de carne e de produtos hortícolas também vêm dando impulso às exportações agrícolas dos EUA para os chineses.

O Departamento de Agricultura dos EUA estima que essas exportações continuarão a gerar mais de US$100 bilhões anualmente para as atividades comerciais do país. Os trabalhadores e os consumidores dos 50 estados beneficiam-se de exportações mais fortes, que sustentam milhares de empregos fora da fazenda, nas atividades de processamento, industrialização, transporte, comercialização e *marketing*.

A revisão da estimativa de comércio do USDA para 1997, ano fiscal que começou em 1º de outubro último, foi divulgada em 24 de fevereiro, pelo *Economic Research Service*, *Foreign Agricultural Service* e pelo *World Agricultural Outlook Board*, órgãos do USDA.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

AGROANALYSIS

PUBLICIDADE:

GERENTE COMERCIAL:
Carlos Henrique T. Miranda
E-mail: caique@fgvrj.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

SÃO PAULO:
Mix Midia Comunicações Ltda.
Nilson Trivelli
Caixa Postal 21.109
CEP 04698-970
Tel. e fax: (011) 524-1174

BRASÍLIA:
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
Deusa Ribeiro
SHIN — QI 8, CJ 3, Casa 17 Lago Norte
CEP 71520-230
Tel.: (061) 577-3874
Fax: (061) 273-4780

RIO DE JANEIRO/DEMAIS ESTADOS
MCE Empresarial Ltda.
Igor Lima de Freitas
Av. Nilo Peçanha, 155 salas 417/418
CEP 25010-140
Tel.: (021) 240-8521
Tel. e fax: (021) 220-3823

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

Profissionalização no meio rural

"Uma andorinha não faz verão."

Ditado popular



RUI DONIZETE TEIXEIRA

Apesar de desgastado pelo tempo, o ditado continua sendo uma verdade atual. A experiência adquirida ao longo desses anos nos dá a certeza de que a solução para os produtores, principalmente os pequenos, é participar de organizações cooperativas ou de associação integrada, pois sozinho, além das dificuldades naturais da produção, como ausência de acompanhamento técnico, manejo adequado etc., o produtor ainda encontra uma barreira implacável: a comercialização. Este é um dos grandes entraves da atividade rural, provocando o fracasso de um número significativo de produtores. Ocorre que geralmente o pequeno produtor oferece o produto na safra (preço mais baixo). Como o volume é pequeno, não tem poder de barganha para vender e fica à mercê do intermediário, o grande beneficiado nessa estrutura frágil e cruel para quem produz.

Na pecuária, o produtor raramente possui habilidade para vendas. Elas devem ser realizadas por especialistas que possuam infra-estrutura. Cabe ao produtor realizar o que ele realmente sabe fazer bem: produzir. Aí entra a participação de empresas (ou cooperativas) integradas, fornecendo a matéria-prima básica e insumos, e posteriormente se comprometendo a receber os animais no tamanho para abater, processar, embalar e comercializar o produto. Hoje é inadmissível a concepção de um criatório com todos os setores para o pequeno e médio produtor, pois é difícil dominar todas as técnicas de produção, desde o controle da reprodução, da cria e da recria (engorda).

O melhor caminho para quem produz é a especialização integrada. A integração consiste numa parceria. Cabe esclarecer que a parceria é a união de dois ou mais interessados em alcançar um objetivo comum, que deverão ser igualmente beneficiados, pois um eventual desequilíbrio tira o sentido e a justificativa de uma parceria. Esta ocorre entre empresas com pequenos agricultores proprietários de minifúndios que, para complementar sua renda, passam a criar em suas terras animais produzidos por essas empresas. A integração ocorre através de uma central de produção de animais jovens, geralmente as próprias indústrias frigoríficas/empresas, que as distribuem aos produtores, além de fornecerem a assistência técnica.

Dessa forma, ele trabalhará apenas em um segmento da atividade, como por exemplo especializar-se somente em engorda. Esse tipo de sistema já é bastante utilizado na criação de aves e suínos com excelentes resultados. Temos um exemplo comprovando isso, a oeste de Santa Catarina, que possui um dos melhores padrões de vida na região rural. Os responsáveis por essa mudança foram as grandes empresas agropecuárias como a Sadia e a Perdigão, que iniciaram o Sistema Integrado Vertical. Esses produtores integrados representam mais de 50% da produção avícola no Brasil, e historicamente é creditada a eles a responsabilidade dessa revolução no meio rural nos últimos 20 anos, além do segredo do sucesso da avicultura e da suinocultura.

Consideramos a especialização integrada o *franchising* rural, pois os procedimentos e as vantagens são semelhantes, o pequeno produtor tem um apoio técnico e logístico, especializa-se, está sempre atualizado com novas técnicas de manejo, tem uma administração mais profissional, e a produtividade é sempre ascendente e com a grande vantagem de não ter a preocupação de vender de porta em porta seu produto, deixando este trabalho para o departamento de comercialização da empresa ou associação, onde profissionais especializados desempenham com eficiência esta tarefa.

O resultado é que encontramos hoje proteína barata nos supermercados, como no caso do frango, ao preço de R$1,00/kg ou até menos. Isto é eficiência e profissionalismo. Alguns especialistas consideram mesmo que a avicultura brasileira é a mais competitiva do mundo, e — note-se bem — sem subsídio. Ironicamente, a avicultura americana e a francesa recebem subsídios do governo; no entanto, caso terminasse hoje esse benefício, seriam atividades totalmente inviáveis em seus países.

Outro exemplo interessante é a empresa Rander, de Brasília, pioneira na introdução do sistema de parceria de produção na ranicultura. Após um insucesso na primeira tentativa, em 1986, retornou a esse projeto em 1995, e já possui dois ranários parceiros. Como resultado, os integrados estão conseguindo uma produtividade de mais de 20% em relação à central Rander, que já possuía bons índices de produção, e demonstrando que a especialização torna mais eficaz a produção, com melhor rentabilidade para quem produz. O sistema de parceria, com especialização de setor, evidenciou ser a alternativa mais viável, principalmente para o pequeno produtor, e que o trabalho isolado é ineficaz, porque quando os problemas se agravam, o produtor perde lentamente a força.

Assim como em outras atividades do agribusiness, a integração de produção torna-se também uma alternativa para o setor de aquacultura, e quando todos os produtores perceberem que somente a união os tornará fortes e eficientes, a atividade aqüícola crescerá e se tornará mais competitiva, com maior oferta dessa proteína fundamental para o homem, o pescado, além de viabilizar exportações, aproveitando inclusive a situação favorável criada através do Mercosul.

Há naturalmente uma certa relutância por parte dos produtores em aceitar a idéia de agir coletivamente, mas sem dúvida este é o único caminho, e por menor que seja o número de produtores na região, desde que haja duas ou mais pessoas, pode-se formar a união. É preciso apenas que esses produtores estejam sensibilizados e motivados em torno do mesmo objetivo: a parceria.

Rui Donizete Teixeira é médico veterinário, consultor e responsável técnico da empresa Rander.

BANCO DE DADOS DATABANK

O Banco de Dados é um núcleo de prestação de serviços de informação econômica.

Serviços

ARIES ON-LINE
Acesso a séries históricas através da Internet (http://www.fgvrj.br/aries.htm).

CONJUNTURA ELETRÔNICA
Fornecimento em disquete de séries históricas com sistema de recuperação.

ARIES AVULSO
Atendimento via fax ou e-mail a solicitações que vão de um único dado até pesquisas sobre temas específicos.

ARIES ALERTA
Disseminação automática de dados escolhidos pelo cliente.

CÁLCULOS FINANCEIROS
Atualização de valores segundo diferentes índices, taxas, prazos e cláusulas contratuais.

The Databank is a provider of different kinds of information services.

Services

ARIES ON-LINE
Access to time series through the Internet (http://www.fgvrj.br/aries.htm).

CONJUNTURA ELETRÔNICA
Time series on diskette including retrieval system.

ARIES HARD COPY
Fax or e-mail answers to data requests ranging from a single information to specific searches.

ARIES ALERT
Automatic update of time series previously chosen by the client.

FINANCIAL CALCULATIONS
Time value of money according to different indexes, interest rates, periods and contractual clauses.

CLIENTES / *CLIENTS*



FGV/IBRE/BANCO DE DADOS
Praia de Botafogo 190 sala 830 CEP 22253-900 Rio de Janeiro RJ
Tels (021) 551-9099 / 536-9346 Fax (021) 536-9486 E-mail: bdados.fgvrj.br

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EDIÇÃO EXTRA

80.000 AGRICULTORES VÃO NVADIR AS TERRAS DA AGRISHOW



AGRISHOW 97 Maior e Melhor

A Agrishow 97 será marcada como a melhor e maior de toda sua história. Com números crescentes ano a ano, a Agrishow 97 vai superar-se em todos os aspectos, seja em público, área ocupada, expositores ou demonstrações de dinâmica. Isto significa que o público visitante, estimado em mais de 80.000, proporcionará um volume de negócio muito maior que os anteriores. Os principais expositores já marcaram sua presença. Sua empresa não pode ficar de fora. Fique entre os melhores e seja um deles.

Dinâmica e Área de Exposição: A prática demonstrando a teoria.

Numa área total de 200 hectares, 130 deles reservados para a Dinâmica, acontecerão as demonstrações das mais recentes novidades no segmento de tratores, equipamentos de preparo do solo, plantio direto, pulverizadores, colheitadeiras e outras máquinas. Ao longo da feira serão 900 apresentações com transporte e horário marcado. Os estandes ocupam cerca de 70 hectares. Lá estarão expostos máquinas, implementos, insumos e serviços de suporte ao produtor rural com uma confortável infra-estrutura.

Veja porque a Agrishow é sinônimo de Agribusiness.

A Agrishow é a principal plataforma de oportunidades comerciais das indústrias e prestadores de serviços para a agricultura. Direcionada para atingir milhares de produtores rurais do Brasil, Mercosul e de outros países da América Latina, a Agrishow 97 vai gerar um imenso volume de vendas. Todas as oportunidades estarão em um mesmo espaço. Aproveite. Fique bem próximo delas.

Estação Experimental "Ney Bittencourt de Araújo" do Inst. Agronômico - IAC
28 de abril a 03 de maio de 1.997 - Ribeirão Preto - SP

Promoção e Organização:
ABIMAQ
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ENTRE EM CONTATO PELO FAX:
(011) 5582-6429
5582-6379

Patrocínio:
Ministério da Agricultura e do Abastecimento - SDR - DENACOOP

Realização: ABAG • ABIMAQ • ABRASEM • AEASP • ANDA • ANDEF • CNA • FAESP • OCB • SAA • SIMERS • SRB

Para maiores informações, consulte a AGRISHOW - Av. Jabaquara, 2925 - 04045-902 - SP / SP